



Exposição

90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

90 ANOS EM AÇÃO PELA DEMOCRACIA

Brasília
TSE
2024

© 2024 Tribunal Superior Eleitoral

É permitida a reprodução parcial desde que a fonte seja citada.

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento

SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar

Brasília/DF – 70095-901

Telefone: (61) 3030-9225

Secretária-Geral da Presidência

Andréa Maciel Pachá

Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal

Roberta Maia Gresta

Secretário de Gestão da Informação e do Conhecimento

Cleber Schumann

Coordenador de Editoração e Publicações

Washington Luiz de Oliveira

Responsável pelo conteúdo

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC)

Seção de Museu (Semus/Cblem/SGIC)

Capa e projeto gráfico

Rauf Soares

Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGIC)

Diagramação

Lella Gomes

Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGIC)

Revisão e conferência de editoração

Helke Cunha, Patrícia Jacob, Valéria Carneiro e Tatiana Fraga

Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev/Cedip/SGIC)

Fotografias

Acervo TSE e acervo STF

Impressão e acabamento

Seção de Serviços Gráficos (Segraf/Cedip/SGIC)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud)

90 anos da Justiça Eleitoral : 90 anos da democracia : exposição (2024 : Brasília, DF).

90 anos da Justiça Eleitoral [recurso eletrônico] : 90 anos em ação pela democracia : exposição / Tribunal Superior Eleitoral. – Dados eletrônicos (135 páginas). – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2024.

Unidade responsável: Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento.

Versão eletrônica (PDF)

Modo de acesso: Internet.

<<https://www.tse.jus.br/institucional/catalogo-de-publicacoes/lista-do-catalogo-de-publicacoes>>

ISBN 978-65-87461-64-9

I. Brasil. Tribunal Superior Eleitoral – Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento. 1. Justiça Eleitoral – História – Exposição. 2. Justiça Eleitoral – História – Catálogo. II. Título.

CDD 342.07

CDU 342.8

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PRESIDENTE

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

VICE-PRESIDENTE

MINISTRO NUNES MARQUES

MINISTROS

MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA

MINISTRA ISABEL GALLOTTI

MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA

MINISTRO FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES

MINISTRO RAMOS TAVARES

PROCURADOR-GERAL ELEITORAL

PAULO GONET BRANCO





Tribunal Superior Eleitoral



JUSTIÇA ELEITORAL

1 2 3
4 5 6
7 8 9
0

BRANCO

CORRIGE

CONFIRMA

PRIMEIRA SEDE (1960-1980)

Em 20 de maio de 1960, ocorreu uma sessão a primeira Sessão Plenária ordinária e a primeira Sessão do TSE, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, DF, no Palácio do Congresso Nacional. Na ocasião, foi eleito o primeiro presidente do TSE, o Sr. José Sarney, e o primeiro vice-presidente, o Sr. José Carlos de Faria. O TSE, criado pela Lei nº 2.170, de 1954, é o órgão máximo do Poder Judiciário Eleitoral brasileiro, responsável por administrar o processo eleitoral, garantir a liberdade de voto e assegurar a validade dos resultados eleitorais. O TSE também é responsável por promover a educação eleitoral e a participação cidadã no processo eleitoral.

Exposição



APRESENTAÇÃO	8
INAUGURAÇÃO	12
TÍTULOS ELEITORAIS	16
URNAS ELEITORAIS	28
URNA ELETRÔNICA	36
SEDES DO TSE	43
DOCUMENTAÇÃO ELEITORAL	54
HISTÓRIA ORAL	64
<i>Memorabilia TSE</i>	73
JULGADOS HISTÓRICOS	78
MINISTRAS E MINISTROS DO TSE	83
SEÇÃO INTERATIVA	87
90 ANOS DO VOTO FEMININO NO BRASIL	90
DIPLOMAÇÃO	100
SUSTENTABILIDADE	114
INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE	120
CRÉDITOS	125







APRESENTAÇÃO



Exposição



Há 90 anos, no dia 24 de fevereiro de 1932, era promulgado o Decreto n. 21.076 – norma que criou a Justiça Eleitoral no Brasil. Esse ramo especializado do Poder Judiciário recebeu as funções de cuidar de todas as fases do processo eleitoral – cadastramento de eleitores e candidatos, realização dos pleitos, apuração dos votos, divulgação dos resultados e diplomação dos eleitos.

O Código Eleitoral de 1932 trouxe algumas inovações para o país: regulou as eleições federais, estaduais e municipais; instituiu o voto feminino; fixou definitivamente o voto secreto; instituiu o sistema representativo proporcional; tornou obrigatório o registro prévio das candidaturas; e abriu a possibilidade para a utilização de máquinas de votar – o que ocorreu pela primeira vez somente nas eleições municipais de 1996.

Quanto à conquista do voto feminino, cumpre sublinhar que a luta das mulheres pelo direito de votar e de serem votadas não se encerrou com a previsão legal de 1932. No anteprojeto do primeiro Código Eleitoral brasileiro, chegou a constar que o marido deveria autorizar a mulher a votar. O voto das mulheres era facultativo para as que não exerciam função remunerada. Somente em 1965 o direito tornou-se pleno. No entanto, mais de 50 anos depois disso, ainda há muito a ser conquistado. As mulheres correspondem a mais de 50% do eleitorado no Brasil, mas ocupam apenas 15% das cadeiras do Parlamento brasileiro. Nas eleições de 2018, apenas uma governadora, entre as 27 unidades da Federação, foi eleita como “cabeça de chapa”. Sem dúvida nenhuma, foi uma vitória a inclusão expressa desse direito no Código Eleitoral de 1932 e nos dispositivos legais subsequentes. Porém a mera previsão em lei não garante o pleno exercício do direito. É preciso atuar para que a representatividade feminina seja compatível com seu papel na sociedade.

No que diz respeito a inovações, o uso da tecnologia sempre marcou a atuação dos Tribunais Eleitorais, especialmente desde 1986, quando houve o recadastramento geral do eleitorado – o que também serviu para combater fraudes, como a do eleitor com títulos em vários estados. O próximo passo foi totalizar os votos eletronicamente. Por fim, desde 1996 até hoje, a urna eletrônica é utilizada na votação. Em todas as etapas, o processo tem sido hígido, seguro e transparente.

Nesses 90 anos, a Justiça Eleitoral superou diversos desafios. Já foi extinta, já teve sua atuação restringida, mas nunca se furtou de encarar os obstáculos. Esta exposição serve de celebração dos resultados obtidos. Aqui apresentamos um vasto acervo para ilustrar toda a nossa história. Celebramos as ministras, os ministros, as servidoras, os servidores, as colaboradoras e os colaboradores que, cotidianamente, trabalham para entregar um serviço público de excelência à população brasileira, com a certeza de que o nosso processo eleitoral é transparente, confiável e legítimo.

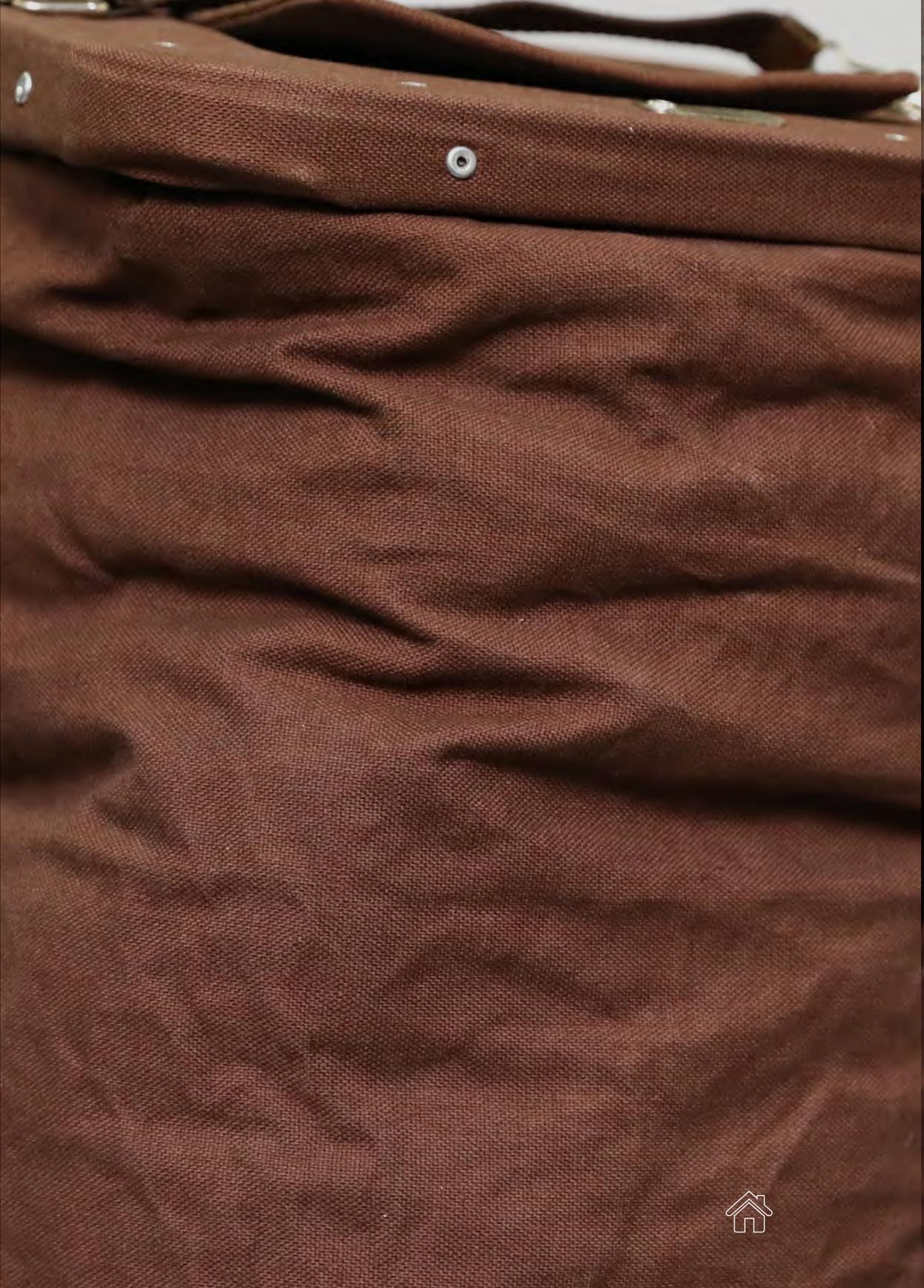
Organizada em 12 estandes temáticos, a exposição em celebração aos 90 anos da Justiça Eleitoral e do voto feminino no Brasil conta os diferentes aspectos da nossa história, com destaque para os documentos e objetos do nosso acervo museológico e para a interatividade com as publicações do Tribunal sobre os diferentes temas.

A Justiça Eleitoral é um caso de sucesso iniciado há 90 anos. Temos ainda muitas décadas por vir, sempre em ação pela democracia, por você e pelo Brasil.





TRONCALE SUPERIOR ELETTORALE
PATRIMONIO
04.05.2017







INAUGURAÇÃO



No dia 2 de agosto de 2022, os Ministros Luiz Edson Fachin e Alexandre de Moraes, Presidente e Vice-Presidente da Corte à época, inauguraram a exposição *90 Anos da Justiça Eleitoral*.

Com a curadoria da Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento do TSE, a mostra tem o objetivo de apresentar à cidadã e ao cidadão as várias facetas deste ramo especializado do Poder Judiciário.

Organizada nos moldes das antigas feiras de ciências, comuns no final do século XIX e início do século XX, a exposição conta com 12 estandes temáticos, nos quais o visitante encontrará informações e acervo sobre títulos eleitorais, documentação eleitoral e partidária, urnas de votação manual e urnas eletrônicas, dentre outros temas.

Em cartaz no Museu do Voto, localizado no subsolo do Edifício-Sede do TSE, a mostra está aberta à visitação de segunda a sexta-feira, das 13 às 19h – sem a necessidade de agendamento.

Caso haja interesse em realizar visita guiada, basta mandar *e-mail* para museu@tse.jus.br para agendar.



90 anos da Justiça Eleitoral: TSE inaugura exposição em comemoração à data



**Vídeo sobre a exposição
90 Anos da Justiça Eleitoral**



Imagens do evento de abertura da exposição na página do Flickr do TSE







JUSTIÇA
ELEITORAL

**Tribunal
Superior
Eleitoral**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

0

BRANCO

CORRIGE

CONFIRMA

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

DOCUMENTAÇÃO ELEITORAL

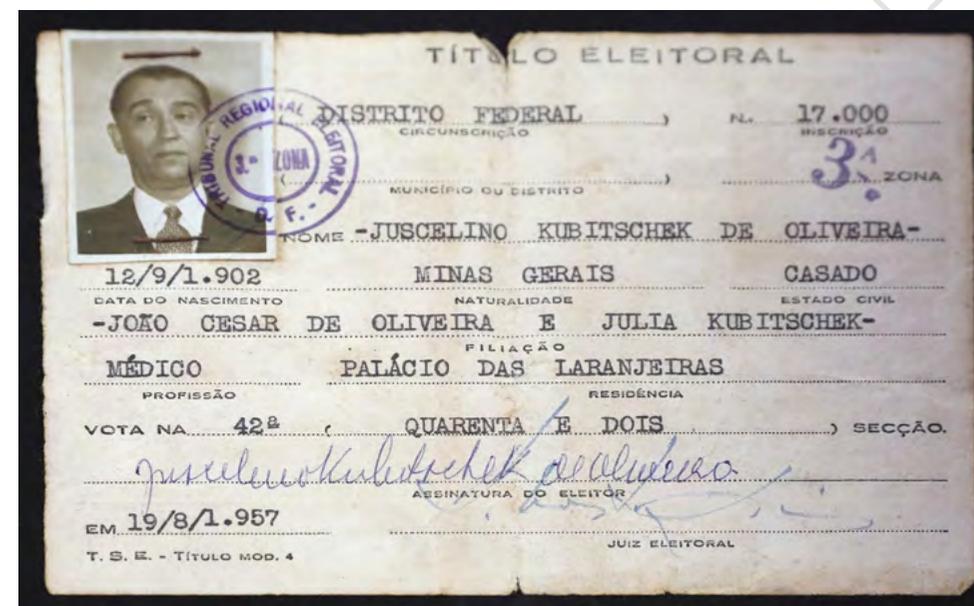




TÍTULOS ELEITORAIS

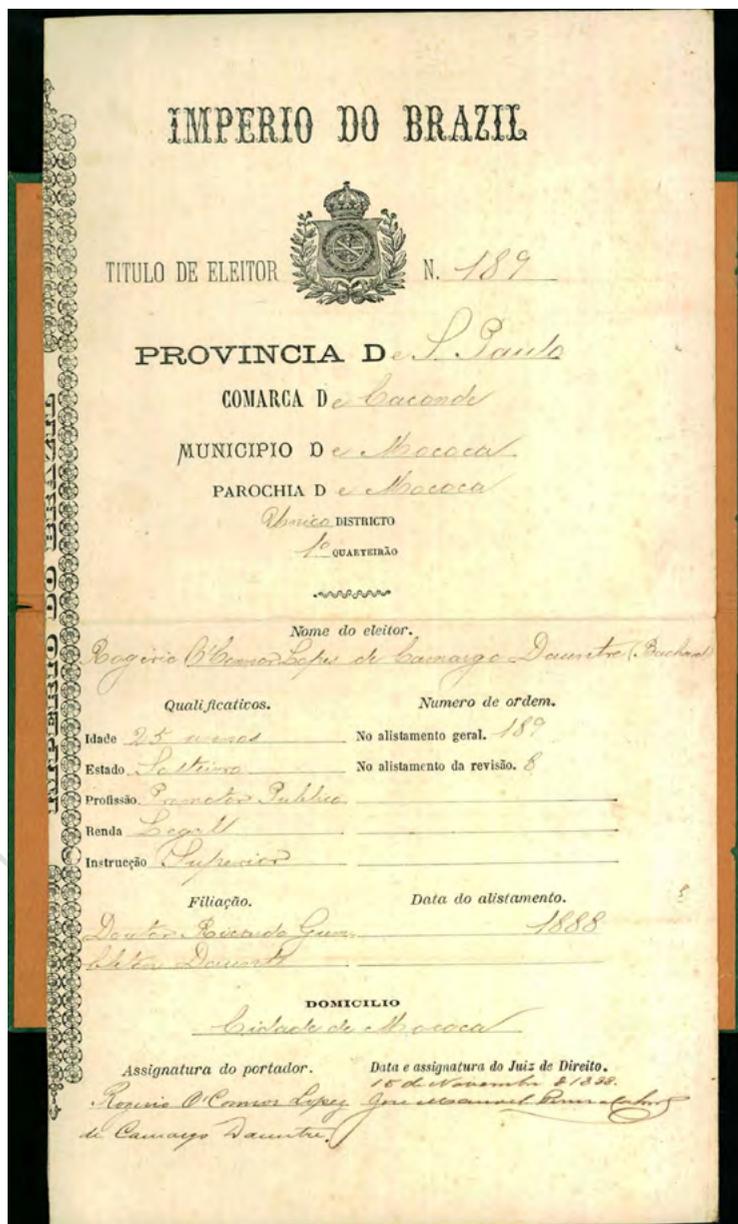


Instituído pelo Decreto n. 3.029 de 9 de janeiro de 1881 (conhecido como Lei Saraiva), o título eleitoral foi criado como documento que atesta o alistamento eleitoral e habilita o cidadão – e, a partir do Código Eleitoral de 1932, também a cidadã – a exercer o direito de votar. A criação do título eleitoral ocorreu ao mesmo tempo em que o voto no Brasil deixou de ser condicionado à renda do eleitor. Em contrapartida, criou-se o *censo literário*, que excluía as pessoas analfabetas do processo eleitoral – exclusão que durou mais de um século e que foi derrubada somente com a publicação da Emenda Constitucional n. 25, de 15 de maio de 1985. Nesses 140 anos de história, o documento já teve 9 versões, sendo a última (e mais longa) de 1986. Confira todos os modelos de títulos eleitorais já utilizados no Brasil.



Para saber mais sobre o contexto histórico de cada mudança feita no documento, acesse a publicação *Títulos Eleitorais: 1881-2008*.





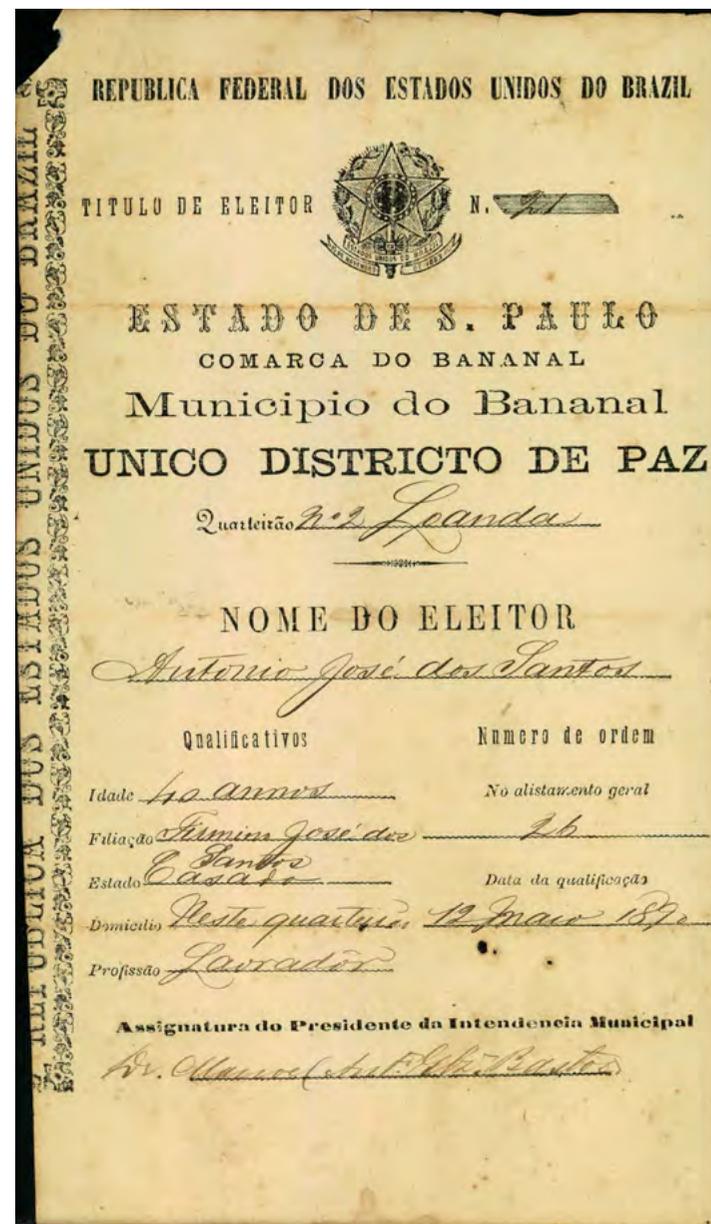
1º título eleitoral

Criado por determinação do Decreto n. 3.029.

Lei Saraiva – Lei do Censo.

1881

Museu do Voto (TSE)



2º título eleitoral

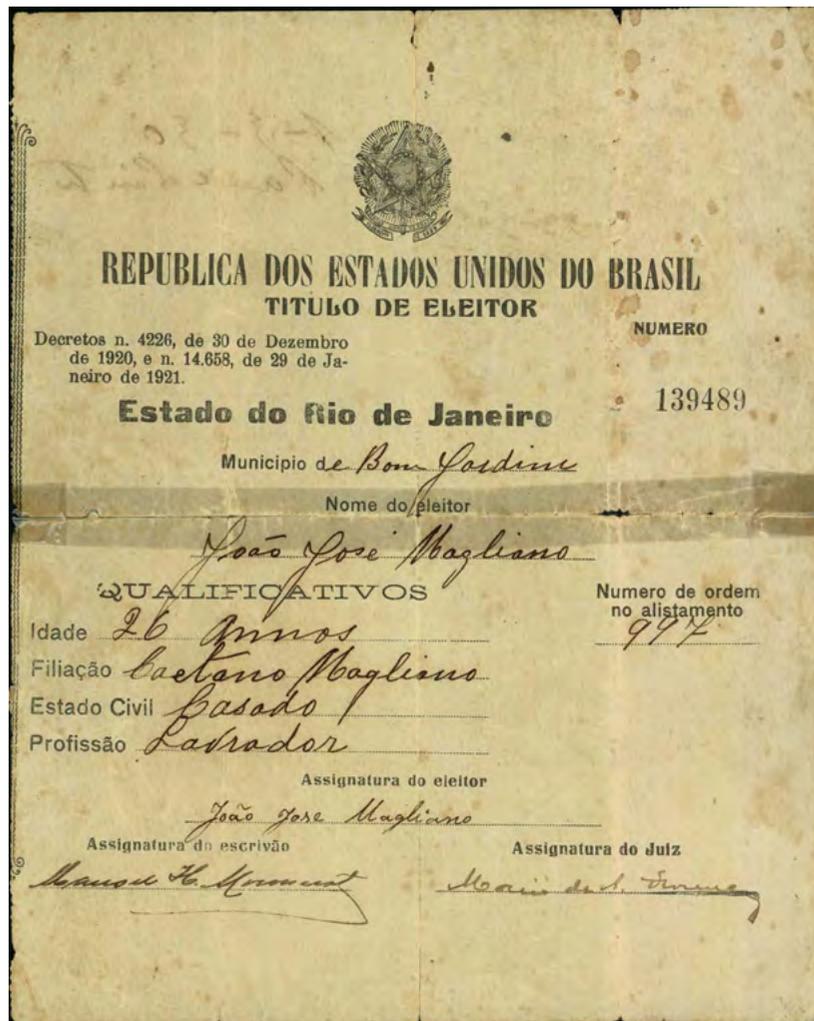
Regulamentado pelo Decreto n. 200-A.

Regulamento Lobo.

1890

Museu do Voto (TSE)





3º título eleitoral
Regulamentado pela Lei n. 1.269.
Lei Rosa e Silva.
1904
Museu do Voto (TSE)



4º título eleitoral
Regulamentado pela Lei n. 3.139.
1916
Museu do Voto (TSE)



N. 4155

TÍTULO DE ELEITOR
DISTRICTO FEDERAL

1ª zona
Domicílio eleitoral Jacarepaguá
Número de ordem da inscrição 4155
Data da inscrição no cartório 16 de Janeiro de 1936

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
Luiz dos Santos Severado

Filiação Joaquim José do Santos Severado
Naturalidade Curitiba - Paraná

Qualificativas
Idade 29 annos - Data do nascimento 14 de Novembro de 1906
Estado civil casado
Profissão engenheiro engenheiro graduado

Assinatura do Eleitor
Luiz dos Santos Severado

Em 22 de Janeiro de 1936
Haverá a sua inscrição

Pollegar direito

Forma da impressão




Nome Luiz dos Santos Severado
Local onde trabalha Indústria tipográfica
Telephone
Residência Rua Albano 136

Telephone
N. do título 4155 Secção
Parochia Jacarepaguá

Apresentado por
Residência Rua Albano 136

5º título eleitoral
Regulamentado pelo Decreto n. 21.076.
Código Eleitoral.
1932
Museu do Voto (TSE)

Oliveira
SOBRENOME DO ELEITOR

Jose de Oliveira
NOME E SOBRENOME DO ELEITOR

Casado Mecânico 23
ESTADO CIVIL PROFISSÃO IDADE

Porto Santo 3-2-1923
NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

Jose Francisco de Oliveira e Mirandolina U. de Oliveira
NOME DOS PAIS

R. 2 de Fevereiro 275
RESIDÊNCIA

Inscrito na 8ª Zona Eleitoral (D. F.) Título n. 15011

Documento de identidade cart. Cas. 2ª Circ. L. 140 B. fls 177
(Modelo n.º 6)

Oliveira
SOBRENOME DO ELEITOR

Jose Oliveira
NOME E SOBRENOME DO ELEITOR

Casado mecânico 27
ESTADO CIVIL PROFISSÃO IDADE

Porto Santo 3-2-1923
NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

Jose Francisco de Oliveira e Mirandolina U. de
NOME DOS PAIS

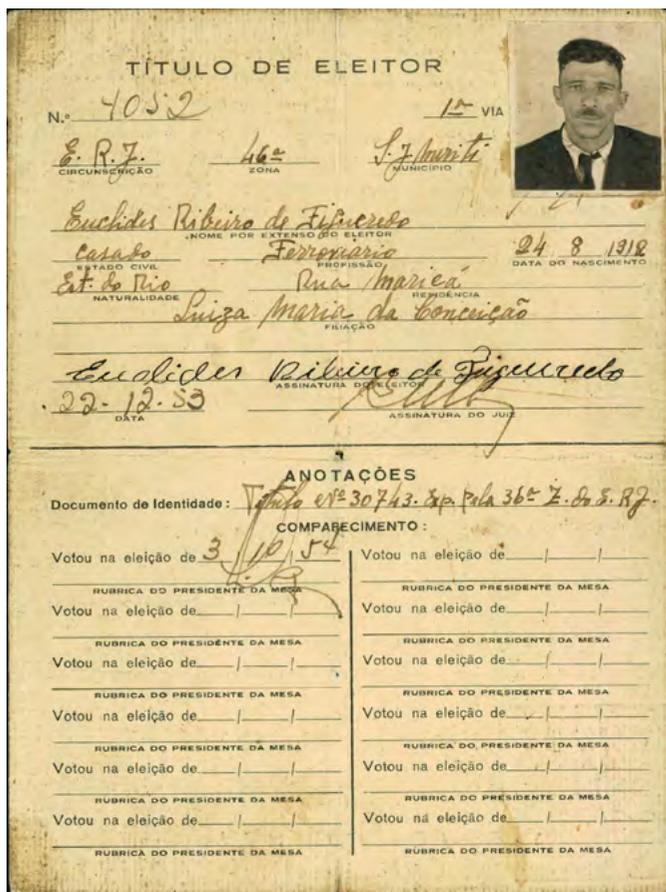
R. 2 de fevereiro 275 Oliveira
RESIDÊNCIA

Inscrito na 8ª Zona Eleitoral (D. F.) Título n. 88419

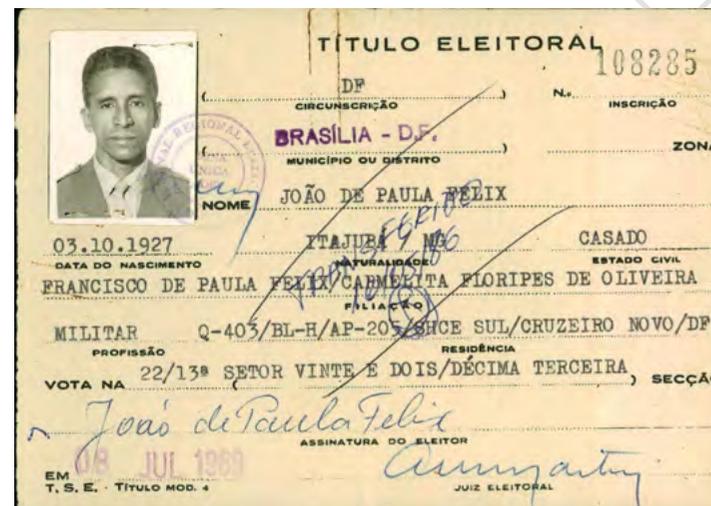
Documento de identidade cart. Prof. 8086
(Modelo n.º 6)

6º título eleitoral
Regulamentado pelo Decreto-Lei n. 7.586.
1945
Museu do Voto (TSE)





7º título eleitoral
Regulamentado pela Resolução n. 4.357.
1951
Museu do Voto (TSE)



8º título eleitoral
Regulamentado pela Lei n. 2.550.
1955
Museu do Voto (TSE)





9º título eleitoral
Regulamentado pela Lei n. 7.444.
1986
Museu do Voto (TSE)

ALISTAMENTO ELEITORAL
JUSTIÇA ELEITORAL

RESERVADO AO CARTÓRIO: INSC. TRANSF. REVISÃO. PARA USO DO PROCESSAMENTO: INSCRIÇÃO ELEITORAL

04 U.F. 05 MUNICÍPIO 06 ZONA 07 LOCAL

08 NOME COMPLETO

09 FILIAÇÃO

10 ENDEREÇO: 10 MUNICÍPIO 11 BARRIO/DISTRITO

12 RUA, AV. | NOME DO LOGRADOURO

13 NÚMERO 14 ANDAR, SALA, APARTAMENTO 15 C.E.P.

16 DATA DO NASCIMENTO 17 SEXO: 1 MASC. 2 FEM. 18 ESTADO CIVIL: 1 SOLTEIRO 2 CASADO 3 VIÚVO 4 SEPARADO JUDICIALMENTE 5 DIVORCIADO

19 GRAU DE INSTRUÇÃO: 1 ANalfabeto 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 CURSO COMPLETO: 1 SIM 2 NÃO

21 OCUPAÇÃO PRINCIPAL (DENOMINAÇÃO) 22 CÓDIGO

23 MUNICÍPIO E U.F. ONDE NASCEU 24 CÓDIGO 25 CARTILHA DE IDENT. (SE POSSUIR - ORIG. EMISSOR)

26 PREENCHER OS CAMPOS ABAIXO COPIANDO DO TÍTULO ELEITORAL: 27 ZONA 28 SEÇÃO 29 Nº DA INSCRIÇÃO

30 MUNICÍPIO 31 CÓDIGO

32 NOME DO ALISTANDO (SEMPRE COPIAR QUANDO DIFERENTE DO NOME ATUAL)

33 PEGAR DÍGITO LOCAL DATA

34 ATTESTO QUE, EM MINHA PRESENÇA, O ALISTANDO APÓS NESTE REQUERIMENTO: 35 SUA ASSINATURA 36 PEGAR DÍGITO 37 ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DO PREPARADOR ELEITORAL 38 DATA 39 DATA 40 ASSINATURA DO JUIZ ELEITORAL

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ALISTANDO

OBSERVAÇÕES AO ALISTANDO

- 1 - PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRA DE FORMA, NESTE CASO, USAR CANETA AZUL OU PRETA.
- 2 - PARA O ALISTAMENTO ELEITORAL, APRESENTAR UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:
 - a - CARTILHA DE IDENTIDADE, EXPIRADA POR OMISSÃO DE REGISTRO;
 - b - CERTIDÃO DE IDADE, EXTRAÍDA DO REGISTRO CIVIL;
 - c - CERTIFICADO DE QUITAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR.
- 3 - PARA A REVISÃO DO ALISTAMENTO, APRESENTAR O TÍTULO ELEITORAL E, EM CASO DE ALTERAÇÃO DO NOME, APRESENTAR TAMBÉM O DOCUMENTO COMPROBATÓRIO.
- 4 - NO FORMULÁRIO NÃO PREENCHER OS ESPAÇOS RELATIVOS AOS ITENS 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25.
- 5 - NOS ITENS 06 e 08 ESCREVER OS NOMES COMPLETOS.
- 6 - NO ITEM 18 O ESPAÇO 7, SEPARADO JUDICIALMENTE, ABRANGE TAMBÉM OS DESQUOTADOS SEGUNDO A LÊE ANTERIOR.
- 7 - O ENDEREÇO ABRANGE OS ITENS DE 10 A 15.

Formulário de Alistamento Eleitoral
1986
Museu do Voto (TSE)



TÍTULO ELEITORAL

N.º _____
INSCRIÇÃO

CIRCUNSCRIÇÃO _____ ZONA _____

MUNICÍPIO OU DISTRITO _____
VOTA NA _____ª SECÇÃO

ASSINATURA DO ELEITOR _____
EM _____ / _____ / 19_____ JUIZ ELEITORAL _____

NOME _____

PAI _____

MÃE _____

NASCIMENTO _____ ESTADO CIVIL _____

NATURALIDADE _____ PROFISSÃO _____

RESIDÊNCIA _____

VOTOU

Em _____ / _____ / 19_____	Em _____ / _____ / 19_____
RUBRICA DO PRESIDENTE _____	RUBRICA DO PRESIDENTE _____
Em _____ / _____ / 19_____	Em _____ / _____ / 19_____
RUBRICA DO PRESIDENTE _____	RUBRICA DO PRESIDENTE _____
Em _____ / _____ / 19_____	Em _____ / _____ / 19_____
RUBRICA DO PRESIDENTE _____	RUBRICA DO PRESIDENTE _____
Em _____ / _____ / 19_____	Em _____ / _____ / 19_____
RUBRICA DO PRESIDENTE _____	RUBRICA DO PRESIDENTE _____

Esboço do título eleitoral e folha de votação
s.d.
Museu do Voto (TSE)

FÓLHA DE IMPUGNAÇÃO Modelo n.º 8

Mesa receptora da _____ Seção da _____ Zona Eleitoral (_____)
(COMARCA)

do _____
(ESTADO)

_____ (ASSINATURA DO ELEITOR)

Título n.º _____ expedido pelo Juiz da _____ Zona Eleitoral d. _____
(ESTADO)

_____ (ASSINATURA DO IMPUGNANTE)

_____ (ASSINATURA DO PRESIDENTE DA MESA)

OBS. — Destinada aos eleitores impugnados e áqueles cujos nomes não figurarem ou figurarem erradamente na lista. Deve ser assinada em duplicata, encerrada uma na sobrecarta modelo n.º 4, e sendo a outra incorporada aos papéis da eleição.

Depart. de Imp. Nacional —

Folha de impugnação
s.d.
Museu do Voto (TSE)





Títulos eleitorais de Juscelino Kubitschek de Oliveira
20/10/1945 e 3/10/1957
Museu do Voto (TSE)



Presidente Juscelino Kubitschek saindo da cabina indevassável durante as eleições de 1958
3/10/1958
Arquivo Nacional





**Presidente Juscelino Kubitschek assinando
a folha de votação nas eleições de 1958**
3/10/1958
Arquivo Nacional



TÍTULOS ELEITORAIS

90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL
90 ANOS BY ACÇÃO PARA A DEMOCRACIA



Instituído pelo Decreto nº 3.029 de 9 de janeiro de 1881 (conhecido como Lei Saraiva), o título eleitoral foi criado como documento que atesta o alistamento eleitoral e habilita o cidadão – e, a partir do Código Eleitoral de 1932, também a cidadã – a exercer o direito de votar. A criação do título eleitoral ocorreu ao mesmo tempo em que o voto no Brasil deixou de ser condicionado à renda do eleitor. Em contrapartida, criou-se o *censo literário*, que excluiu as pessoas analfabetas do processo eleitoral – exclusão que

durou mais de um século e que foi demorada somente com a publicação da Emenda Constitucional nº 25 de 15 de maio de 1985. Nessas 140 páginas de história, o documento já teve 9 versões, sendo a última (e mais longeva) de 1996. Neste espaço, você pode conferir todos os modelos de títulos eleitorais já utilizados no Brasil.

Para saber mais sobre o contexto histórico de cada versão veja no documento: [acesse a publicação Títulos Eleitorais: 1881-2008](#)



90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL
90 ANOS BY ACÇÃO PARA A DEMOCRACIA





URNAS ELEITORAIS



Urnas eleitorais – entendidas como recipientes onde são depositadas as cédulas de votação – são utilizadas no Brasil desde o Período Colonial. Elas já foram fabricadas com os mais variados materiais: desde a cera dos *pelouros* até madeira, metal e lona. A urna eleitoral utilizada por mais tempo, tornando-se até símbolo dos pleitos no Brasil, foi a fabricada em lona – criação do ítalo-brasileiro Abílio Cesarino para as eleições de 1955 –, que continua sendo utilizada como contingência às urnas eletrônicas nas eleições e na auditoria da votação eletrônica. Aqui você pode conhecer alguns modelos de urnas eleitorais de diferentes épocas já utilizados no Brasil.



Exposição *20 Anos da Urna Eletrônica*





Réplica de pelouros

Objetos de cera utilizados para depositar
votos no Período Colonial.
s.d.
Museu do Voto (TSE)



Urna eleitoral de madeira

Itápolis/SP
1893
Museu do Voto (TSE)





Urna eleitoral de madeira
Início do século XX
Museu do Voto (TSE)



Urna eleitoral de metal
1940
Museu do Voto (TSE)



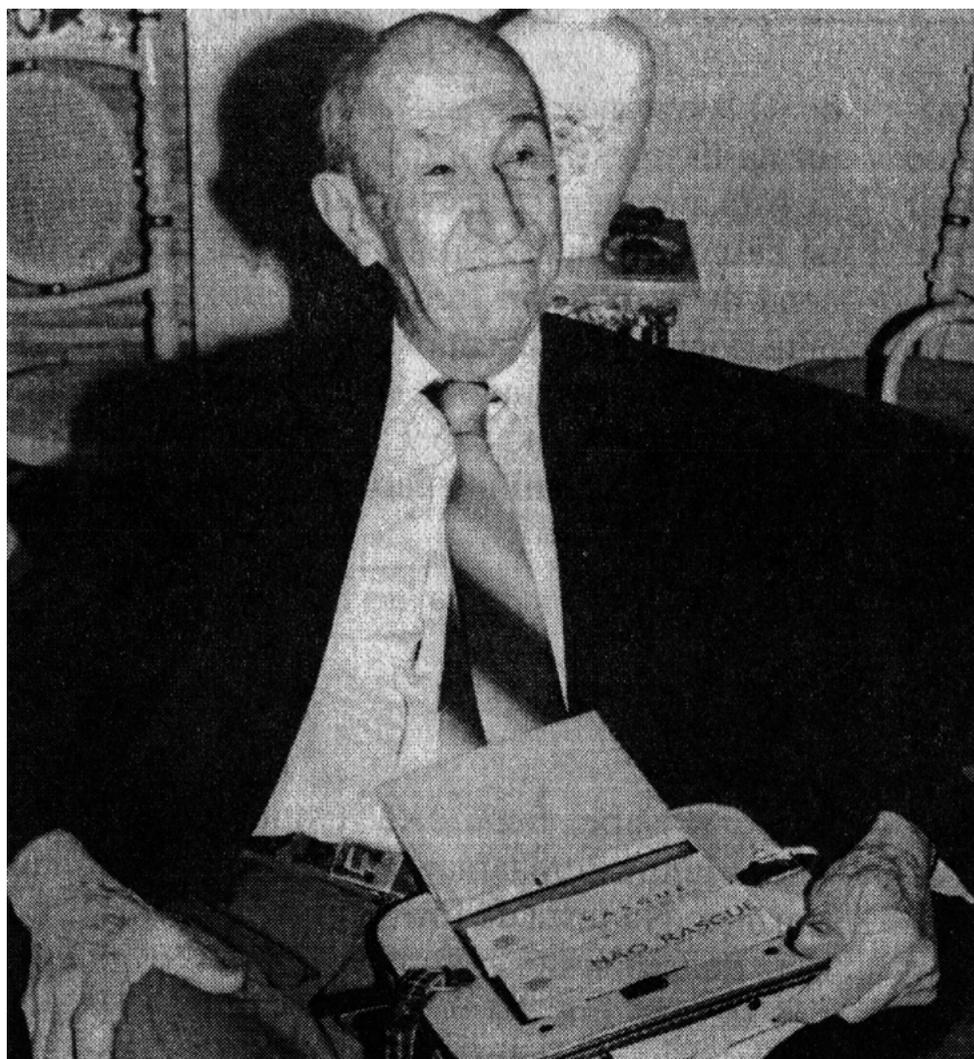


Urna eleitoral de lona
s.d.
Museu do Voto (TSE)



Urna eleitoral de lona
Utilizada nas eleições do Estado do Maranhão.
Décadas de 1970 e 1980
Museu do Voto (TSE)





Abílio Cesarino, inventor da urna de lona, segurando um exemplar
1950
Museu do Voto (TSE)



Getúlio Vargas vota na Escola Rodrigues Alves
para a Câmara Federal e dos Vereadores
14/10/1934
Museu do Voto (TSE)





Presidente Eurico Gaspar Dutra vota na eleição para vereador do Distrito Federal
19/1/1947
Arquivo Nacional



Presidente Juscelino Kubitschek deposita seu voto na urna de lona
3/10/1958
Arquivo Nacional





Abertura de urna na eleição para prefeito de São Paulo
Cédulas de votação são retiradas da urna para fins de contagem dos votos.
1957
Arquivo Nacional





URNA ELETRÔNICA



A urna eletrônica, tão conhecida das brasileiras e dos brasileiros hoje, surgiu como o produto final de um longo processo de modernização das eleições no país. A informatização do voto seria o último passo de uma caminhada que começou em 1986, quando a Justiça Eleitoral unificou e centralizou o cadastro dos eleitores, passou pela totalização eletrônica dos resultados nos anos seguintes e culminou em 1996, com a criação da urna eletrônica.

Desde o primeiro Código Eleitoral, de 24 de fevereiro de 1932, já havia a previsão de usar máquinas de votar nas eleições. Algumas iniciativas independentes da Justiça Eleitoral ocorreram, como o Televoto e a Máquina de Puntel. Alguns Tribunais Regionais também buscaram informatizar suas eleições, como o TRE/SC.

No entanto, somente em 1996 a urna eletrônica foi utilizada pela primeira vez, um momento marcante da história da Justiça Eleitoral que pode ser conhecido com riqueza de detalhes na exposição *20 Anos da Urna Eletrônica*.

Neste espaço, você é convidado a conhecer alguns protótipos antigos, bem como alguns modelos de urna eletrônica já utilizados no Brasil. Mas será que a urna eletrônica realmente é segura? Convidamos você a tirar suas próprias conclusões após conhecer as informações do painel e da página sobre a segurança da urna.

Como era antes? Para saber mais sobre a parte histórica das eleições nos tempos pré-urna eletrônica, acesse o portfólio da exposição *Eleições no Brasil: a Conquista da Transparência e da Legitimidade* e a publicação *As Eleições na Primeira República: 1889-1930*.



Exposição *20 Anos da Urna Eletrônica*



Segurança da urna



Exposição *Eleições no Brasil: a Conquista da Transparência e da Legitimidade*



Publicação *As Eleições na Primeira República: 1889-1930*





Protótipo da urna eletrônica do TRE/MG
8/8/1995
Museu do Voto (TSE)



Modelo de engenharia do coletor eletrônico de votos
apresentado pela empresa Procomp
1996
Museu do Voto (TSE)





Urna eletrônica modelo UE-1996
Museu do Voto (TSE)



Urna eletrônica modelo UE-1998
Museu do Voto (TSE)





Urna eletrônica modelo UE-2000 com gabinete transparente
2000
Museu do Voto (TSE)



Urna eletrônica com módulo impressor externo (MIE)
Utilizada nas eleições de 2002.
Museu do Voto (TSE)





Urna eletrônica modelo UE-2010
Museu do Voto (TSE)



Urna eletrônica modelo UE-2020
Museu do Voto (TSE)



Urna eletrônica modelo UE-2015
Museu do Voto (TSE)



Para saber mais:

A cada eleição, a urna eletrônica e o processo eletrônico de votação recebem melhorias, num processo dinâmico e contínuo de evolução. Até hoje, o TSE já utilizou 14 modelos de urna eletrônica, cada uma com atualizações importantes para aumentar a segurança do processo eleitoral brasileiro. Neste espaço, apresentamos algumas delas. Para informações mais detalhadas sobre cada modelo, clique aqui.



Que a urna eletrônica possui sistema operacional específico?

O UENIX é uma distribuição Linux criada pelos técnicos do TSE com adaptações no sistema operacional e aplicativos próprios.

32% das urnas eletrônicas são de marca Xerox.

Controleamento da qualidade dos dados antes mesmo de serem enviados ao sistema.

Garantia de segurança de dados.

Atualização de software de segurança de dados.

Atualização de software de segurança de dados.

Você Sabia...
Das urnas de 2010 em diante, todas as urnas eletrônicas possuem um sistema operacional específico, o UENIX, desenvolvido pelo TSE.

DEFENSORES DIGITAIS DA URNA

Você Sabia...
As urnas eletrônicas possuem um sistema operacional específico, o UENIX, desenvolvido pelo TSE.

DEFENSORES FÍSICOS DA URNA

TESTE PÚBLICO DE SEGURANÇA

Você Sabia...
As urnas eletrônicas possuem um sistema operacional específico, o UENIX, desenvolvido pelo TSE.

PREPARAÇÃO DAS URNAS

Você Sabia...
As urnas eletrônicas possuem um sistema operacional específico, o UENIX, desenvolvido pelo TSE.

URNA ELETRÔNICA

Você Sabia...
As urnas eletrônicas possuem um sistema operacional específico, o UENIX, desenvolvido pelo TSE.

URNA ELETRÔNICA

Você Sabia...
As urnas eletrônicas possuem um sistema operacional específico, o UENIX, desenvolvido pelo TSE.



SEDES DO TSE





O Tribunal contou com diversas sedes ao longo de sua história, tanto na antiga capital, Rio de Janeiro, como na atual, Brasília. Os edifícios variaram de obras de reconhecido valor histórico a instalações modernas, nas quais importantes fatos e decisões foram registrados. Mais do que meros edifícios, as sedes foram palco de importantes acontecimentos da história brasileira. Graças à dedicação de milhares de servidoras e servidores públicos, a realização de eleições no país se transformou em algo líquido e certo no país – mesmo com diversos percalços nos períodos sem democracia plena da história brasileira. Assim, além do trabalho cotidiano de servidoras, servidores, magistradas, magistrados, colaboradoras e colaboradores, as sedes fizeram guarda de um grande acervo documental histórico, que está em grande parte preservado até os dias de hoje, em especial a partir de 1945, data da reinstalação da Justiça Eleitoral.



PRIMEIRA SEDE (1932-1935): em 20 de maio de 1932, mesmo ano em que o primeiro Código Eleitoral instituiu a Justiça Eleitoral no Brasil, o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE), atual Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi instalado em importante local da capital federal, na Avenida Rio Branco, eixo urbano histórico, protagonista no grande empreendimento de remodelação da área central do Rio de Janeiro. Juntamente com o Supremo Tribunal Federal (STF), o TSJE ocupou um dos mais relevantes exemplares da arquitetura eclética brasileira do século XX. A construção do edifício, resultado da composição particular de formas francesas e italianas, teve início em 1905, seguindo o projeto de Adolfo Morales de Los Rios (1868-1928), arquiteto e professor da Escola Nacional de Belas Artes.



1º Edifício-Sede do TSE
Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro/RJ.
1932-1935
Museu do Voto (TSE)



Plenário do TSE
1932-1935
STF



SEGUNDA SEDE (1935-1937): em 11 de fevereiro de 1935, o TSJE foi transferido da antiga sede do STF para o prédio onde funcionava o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF), na Rua Dom Manoel, no centro do Rio de Janeiro, atualmente ocupado pelo Museu Naval. O edifício, projetado pelo engenheiro naval Francisco Correia Câmara e construído em 1898 para servir de sede ao Clube Naval, apresenta estilo eclético.



2º Edifício-Sede do TSE
 Fachada do edifício da Rua Dom Manoel, no centro do Rio de Janeiro, que foi sede do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral entre 1935 e 1937.
 s.d.
 Museu Naval

3ª EDIÇÃO **A NOITE** **3ª EDIÇÃO**
 Rio de Janeiro - Quinta-feira, 23 de Agosto de 1934. N. 1.170

Para a installação da Justiça Eleitoral
Escolhido o edificio do Almirante

Flôr que anda! OS «GANGSTERS» DO RIO
ESCLARECENDO O PHENOMENO

A quadrilha ainda está agindo? - Dois novos casos

Encerrou-se a SEMANA DA ALPHABETISAÇÃO

As perturbações na saúde das creanças

Mesmo que chova, CREDIARIO

A Exposição

Os nortistas

Por falta de precaução do cartório

Finanças paulistas

MANITOL

Tudo pelo MANONOV

Notícia do periódico *A Noite* com a informação da mudança de endereço da sede da Justiça Eleitoral
 23/8/1934
 Fundação Biblioteca Nacional



TERCEIRA SEDE (1945-1946): no dia 1º de junho de 1945, após o restabelecimento da Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior foi instalado no Palácio Monroe, no Rio de Janeiro. Projetado e construído por Francisco Marcellino de Souza Aguiar para ser o pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Saint Louis (EUA), em 1904, o Palácio Monroe recebeu o grande prêmio de arquitetura do evento. A arquitetura do prédio era simétrica, de partido centralizado e feições ecléticas, com cúpula dominante ladeada por duas outras elevadas sobre colunas coríntias, e ocupava área construída de 1.700m². O belo edifício sediou a Câmara dos Deputados (de 1914 a 1922), o Senado Federal (de 1925 a 1932) e o Tribunal Superior Eleitoral (de 1945 a 1946) antes de ser derrubado em 1976.



3º Edifício-Sede do TSE
Palácio Monroe, Rio de Janeiro/RJ.
1945
Museu do Voto (TSE)



Sessão de reinstalação do TSE
1º/6/1945
Museu do Voto (TSE)



QUARTA SEDE (1946-1960): de 1946 a 1960, o TSE instalou sua sede na Rua Primeiro de Março, no Rio de Janeiro. O edifício, com área total de 4.000m², possui fachada de mármore Carrara, portões de ferro importados de Portugal, lustres de bronze e estátuas feitas na Fundição Val d'Osne, na França. Projetado em 1892 pelo engenheiro alemão Luiz Schreiner, aos moldes do Vereinsbank (Banco da União) de Munique, Alemanha, a imponente construção combina elementos dos estilos neoclássico, barroco e *art nouveau*. Inaugurado em 1896, o prédio foi erguido para ser a sede do Banco do Brasil, que, no entanto, jamais chegou a ocupá-lo. Após sediar o STF, entre 1902 e 1909, o edifício abrigou a Caixa de Conversão e Amortização. Somente em 1946, tornou-se sede do TSE, que ali permaneceu até 1960, quando o prédio passou a sediar o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE/RJ). Atualmente, o prédio histórico abriga o Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE).



4º Edifício-Sede do TSE
Rua 1º de Março, Rio de Janeiro/RJ.
1946-1960
Museu do Voto (TSE)



Sessão plenária no TSE
1951-1955
Museu do Voto (TSE)



QUINTA SEDE (1960-1971): apenas um dia após a transferência da capital federal para Brasília/DF, inaugurada em 21 de abril de 1960 pelo Presidente Juscelino Kubitschek, o TSE foi instalado no conjunto arquitetônico da Esplanada dos Ministérios, em três andares do antigo Bloco 6, atual Bloco B – atualmente sede dos Ministérios do Meio Ambiente e da Cultura. O edifício, projetado por Oscar Niemeyer e construído em 1959 pela empresa Setal, foi destinado também à Justiça local (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF) e ao Tribunal Federal de Recursos (atual Superior Tribunal de Justiça – STJ). O TSE exerceu suas atividades durante onze anos nesse prédio, até ser transferido para nova edificação, projetada e construída especialmente para abrigá-lo, no Setor de Autarquias Sul.



5º Edifício-Sede do TSE
Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF.
1960-1971
Museu do Voto (TSE)



Sessão plenária no TSE
1966-1969
STF



SEXTA SEDE (1971-2011): em 1971, o TSE foi instalado, pela primeira vez, em edifício idealizado e construído especialmente para sediá-lo. A edificação foi projetada por um dos mais importantes arquitetos brasileiros, Nauro Jorge Esteves (1923-2007), figura chave da equipe reunida por Oscar Niemeyer (1907-2012) para o desenvolvimento do projeto e para a execução das obras da nova capital. Assim como aconteceu na instalação da sede anterior, localizada no conjunto da Esplanada dos Ministérios, o novo edifício do TSE integrou o conjunto arquitetônico da Praça dos Tribunais Superiores, projetada por Esteves em meados da década de 1960, seguindo as mesmas linhas modernistas da capital, para também sediar o Tribunal Federal de Recursos (atual STJ), o Superior Tribunal Militar (STM), o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e lojas comerciais, que não foram implantadas. A edificação, construída em três pavimentos de planta livre, é sustentada por dois grandes pilares – solução complexa de cálculo estrutural atribuída ao engenheiro-arquiteto Ernesto Guilherme Walter (1927-1993) para a arquitetura do amplo espaço externo do térreo, sob vigas suspensas de mais de 14 metros de comprimento, à época um dos maiores vãos de concreto armado em balanço da América Latina.



6º Edifício-Sede do TSE

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF.
1971-2011
Museu do Voto (TSE)



Sessão plenária no TSE
1998
Museu do Voto (TSE)



SÉTIMA SEDE (2011-DIAS ATUAIS): em decorrência do vertiginoso crescimento do eleitorado brasileiro, que passou de aproximadamente 30 milhões de cidadãos e cidadãs, em 1971, para mais de 138 milhões na data da mudança de sede (hoje, são mais de 147 milhões), bem como do incremento das demandas da Justiça Eleitoral, houve significativo aumento no número de servidoras e servidores do TSE, que passou de 70 para mais de 900, sem contar colaboradoras e colaboradores. A sede da Praça dos Tribunais passou, portanto, a ser insuficiente, tornando-se necessária a utilização de mais três edifícios anexos para abrigar toda a estrutura do Tribunal. Com o objetivo de se adaptar à nova realidade, reduzir custos e aumentar a produtividade por meio da unicidade da sede, a administração da Corte assinou, em 2005, contrato com o arquiteto Oscar Niemeyer para que fosse projetada nova sede. Inaugurada em 15 de dezembro de 2011, a sede atual é composta por um edifício principal e outro anexo, destinado à área de informática. Ocupando terreno de 115.578m², os edifícios se destacam pela moderna arquitetura, sustentabilidade e acessibilidade.



Maquete da nova sede do Tribunal Superior Eleitoral, escala 1/500

Projeto: Arquiteto Oscar Niemeyer



7º Edifício-Sede do TSE

Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Brasília/DF. Atual sede.

2011

Museu do Voto (TSE)



Sessão plenária no TSE

31/5/2022

Foto: Abdias Pinheiro

Museu do Voto (TSE)





TSE



SEDES DO TSE

PRIMEIRA SEDE (1932-1937)



Em 20 de maio de 1932, mesmo ano em que o primeiro Código Eleitoral instituiu a Justiça Eleitoral no Brasil, o Tribunal Superior Eleitoral (à época denominado Tribunal Superior de Justiça Eleitoral) foi instalado em edifício localizado na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, compartilhando o espaço com o Supremo Tribunal Federal. A arquitetura da primeira sede do órgão máximo da Justiça Eleitoral apresenta estilo eclético, tendência no Brasil no início do século XX.

SEGUNDA SEDE (1945-1946)



Em 11 de junho de 1945, após o fim da Justiça Eleitoral, o Tribunal foi instalado no Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, e constituído por Francisco de Souza Aguiar para ser o presidente da Comissão Internacional de Saint Louis (CIJA), júriço Monroe recebeu o grande prêmio de arquitetura. A arquitetura do prédio era predominantemente eclética, com colunas coríntias, e ocupava área de 1.700m². O edifício serviu à Câmara dos Deputados (de 1914 a 1922), o Senado Federal (de 1914 a 1922) e o Tribunal Superior Eleitoral (de 1945 a 1946) antes de ser demolido em 1976.

TERCEIRA SEDE (1946-1960)



De 1946 a 1960 o Tribunal Superior Eleitoral instalou-se em seu atual endereço no Rio de Janeiro. O edifício, com área total de 10.000 metros quadrados de terreno. Construído por iniciativa de Pedro Paulo de Moraes e projetado por Fernando de Castro e Paulo Passos em 1946 pelo arquiteto Álvaro de Azevedo e Almeida, a obra representa um marco na arquitetura moderna brasileira, sendo o primeiro edifício de concreto armado em Brasília.

Inaugurado em 1946, o prédio foi projetado por Álvaro de Azevedo e Almeida, que se inspirou na arquitetura moderna e no estilo de Oscar Niemeyer. O edifício foi construído em concreto armado e possui uma fachada de vidro e concreto, com uma estrutura de colunas coríntias. O edifício serviu à Câmara dos Deputados (de 1914 a 1922), o Senado Federal (de 1914 a 1922) e o Tribunal Superior Eleitoral (de 1945 a 1946) antes de ser demolido em 1976.

O Tribunal contou com diversas sedes ao longo de sua história, tanto na antiga capital, Rio de Janeiro, como na atual, Brasília. Os edifícios variaram de obras de reconhecido valor histórico a instalações modernas, nas quais importantes fatos e decisões foram registrados. Mais do que meros edifícios, as sedes foram palco de importantes acontecimentos da história brasileira. Graças à dedicação de milhares de servidores e servidores públicos, a realização de eleições no país se

transformou em algo líquido e certo no país – mesmo com diversos percalços nos períodos sem democracia plena da história brasileira. Assim, além do trabalho cotidiano de servidoras, servidores, magistradas, magistrados, colaboradoras e colaboradores, as sedes fizeram guarda de um grande acervo documental histórico, que está em grande parte preservado até os dias de hoje, em especial a partir de 1945, data da reinstalação da Justiça Eleitoral.



QUARTA SEDE (1967-1971)



Em 1967, o TSE foi instalado, pela primeira vez, em edifício planejado e construído especialmente para a sede. Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o prédio fica localizado na Praça dos Tribunais Superiores, mesmo local onde funcionaram o Tribunal Federal de Recursos, o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal Militar, segundo, assim, o princípio de entronização das instituições em Brasília. A estrutura possui um teto metálico e mais sutis tons de concreto amarelado de América Latina.

QUINTA SEDE (1971-2011)



Em 1971, o TSE foi instalado, pela primeira vez, em edifício planejado e construído especialmente para a sede. Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o prédio fica localizado na Praça dos Tribunais Superiores, mesmo local onde funcionaram o Tribunal Federal de Recursos, o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal Militar, segundo, assim, o princípio de entronização das instituições em Brasília. A estrutura possui um teto metálico e mais sutis tons de concreto amarelado de América Latina.



DOCUMENTAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO ELEITORAL



A Justiça Eleitoral, desde sua criação em 1932, com exceção do período do Estado Novo, atua na organização das eleições no Brasil. Isso significa a produção de diversos documentos para normatizar os pleitos no país em suas diferentes fases, tais como alistamento eleitoral, votação e apuração dos votos, com a divulgação dos resultados eleitorais. Infelizmente, quando a Justiça Eleitoral foi extinta em 1937 (como decorrência do golpe do Estado Novo), a documentação produzida na chamada Primeira Fase da Justiça Eleitoral – 1932 a 1937 – não foi preservada a contento. Não obstante, com o que restou intacto conseguimos reconstruir parte considerável dessa história – com uma fração dela bem explicada na exposição virtual *Eleição de 1933: o Limiar da Justiça Eleitoral*.



Exposição virtual *Eleição de 1933: o Limiar da Justiça Eleitoral*

O acervo aqui apresentado existe em decorrência direta da atuação da Justiça Eleitoral em suas competências exclusivas, bem como da preocupação sempre latente em preservar a memória institucional e a história das eleições no Brasil.

Depois do Estado Novo, a Justiça Eleitoral foi reinstalada definitivamente no Brasil em 1945. Na reinstalação, duas novidades foram introduzidas e permanecem até hoje: os partidos políticos devem ser nacionais; e as candidatas e os candidatos devem ser filiados a um deles. A partir desse período, os partidos passaram a divulgar seus programas, suas ideias sobre como construir uma nação. Temos aqui alguns exemplares históricos desses documentos, que datam desde 1945. Para saber mais sobre esse contexto de meados dos anos 1940 no Brasil, acesse o catálogo da exposição *A Saga da Reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945: História e Cultura dos 70 Anos de Redemocratização no Brasil*.



Publicação *A Saga da Reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945: História e Cultura dos 70 anos de Redemocratização no Brasil*

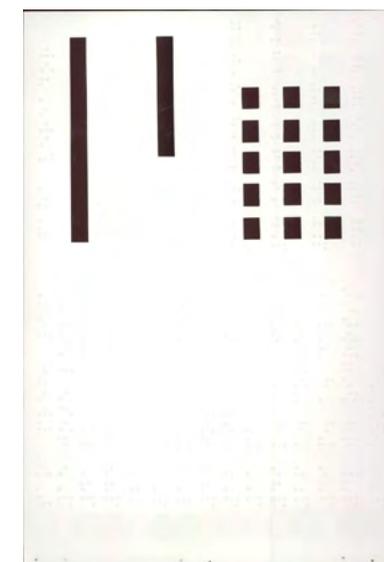


PDS	PMDB	PT	PTB	PDT
PARA GOVERNADOR <input type="checkbox"/> CARLOS PINHA TEIXEIRA <small>Ver: Pedro Barbosa</small> PARA SENADOR <input type="checkbox"/> JOÃO BASTISTA <input type="checkbox"/> AMILTON AUGUSTO <input type="checkbox"/> ELIAS MEDeiros PARA DEPUTADO FEDERAL NOME OU NÚMERO: _____ PARA DEPUTADO ESTADUAL NOME OU NÚMERO: _____ PARA PREFEITO <input type="checkbox"/> JOSÉ DOS SANTOS <small>Ver: José Batista</small> <input type="checkbox"/> ROBERTO PEREIRA <small>Ver: Antônio Pereira</small> <input type="checkbox"/> JOAQUIM SERRAVALLE <small>Ver: Dário Marinho</small> PARA VEREADOR NOME OU NÚMERO: _____	PARA GOVERNADOR <input type="checkbox"/> CARLOS PINHA TEIXEIRA <small>Ver: Pedro Barbosa</small> PARA SENADOR <input type="checkbox"/> JOÃO BASTISTA <input type="checkbox"/> AMILTON AUGUSTO <input type="checkbox"/> ELIAS MEDeiros PARA DEPUTADO FEDERAL NOME OU NÚMERO: _____ PARA DEPUTADO ESTADUAL NOME OU NÚMERO: _____ PARA PREFEITO <input type="checkbox"/> JOSÉ DOS SANTOS <small>Ver: José Batista</small> <input type="checkbox"/> ROBERTO PEREIRA <small>Ver: Antônio Pereira</small> <input type="checkbox"/> JOAQUIM SERRAVALLE <small>Ver: Dário Marinho</small> PARA VEREADOR NOME OU NÚMERO: _____	PARA GOVERNADOR <input type="checkbox"/> CARLOS PINHA TEIXEIRA <small>Ver: Pedro Barbosa</small> PARA SENADOR <input type="checkbox"/> JOÃO BASTISTA <input type="checkbox"/> AMILTON AUGUSTO <input type="checkbox"/> ELIAS MEDeiros PARA DEPUTADO FEDERAL NOME OU NÚMERO: _____ PARA DEPUTADO ESTADUAL NOME OU NÚMERO: _____ PARA PREFEITO <input type="checkbox"/> JOSÉ DOS SANTOS <small>Ver: José Batista</small> <input type="checkbox"/> ROBERTO PEREIRA <small>Ver: Antônio Pereira</small> <input type="checkbox"/> JOAQUIM SERRAVALLE <small>Ver: Dário Marinho</small> PARA VEREADOR NOME OU NÚMERO: _____	PARA GOVERNADOR <input type="checkbox"/> CARLOS PINHA TEIXEIRA <small>Ver: Pedro Barbosa</small> PARA SENADOR <input type="checkbox"/> JOÃO BASTISTA <input type="checkbox"/> AMILTON AUGUSTO <input type="checkbox"/> ELIAS MEDeiros PARA DEPUTADO FEDERAL NOME OU NÚMERO: _____ PARA DEPUTADO ESTADUAL NOME OU NÚMERO: _____ PARA PREFEITO <input type="checkbox"/> JOSÉ DOS SANTOS <small>Ver: José Batista</small> <input type="checkbox"/> ROBERTO PEREIRA <small>Ver: Antônio Pereira</small> <input type="checkbox"/> JOAQUIM SERRAVALLE <small>Ver: Dário Marinho</small> PARA VEREADOR NOME OU NÚMERO: _____	PARA GOVERNADOR <input type="checkbox"/> CARLOS PINHA TEIXEIRA <small>Ver: Pedro Barbosa</small> PARA SENADOR <input type="checkbox"/> JOÃO BASTISTA <input type="checkbox"/> AMILTON AUGUSTO <input type="checkbox"/> ELIAS MEDeiros PARA DEPUTADO FEDERAL NOME OU NÚMERO: _____ PARA DEPUTADO ESTADUAL NOME OU NÚMERO: _____ PARA PREFEITO <input type="checkbox"/> JOSÉ DOS SANTOS <small>Ver: José Batista</small> <input type="checkbox"/> ROBERTO PEREIRA <small>Ver: Antônio Pereira</small> <input type="checkbox"/> JOAQUIM SERRAVALLE <small>Ver: Dário Marinho</small> PARA VEREADOR NOME OU NÚMERO: _____



PDS	PDT	PT	PTB	PMDB
Para GOVERNADOR <input type="checkbox"/> Candidato do Partido Para SENADOR <input type="checkbox"/> Primeiro Candidato <input type="checkbox"/> Segundo Candidato <input type="checkbox"/> Terceiro Candidato Para PREFEITO <input type="checkbox"/> Primeiro Candidato <input type="checkbox"/> Segundo Candidato <input type="checkbox"/> Terceiro Candidato	Para GOVERNADOR <input type="checkbox"/> Candidato do Partido Para SENADOR <input type="checkbox"/> Primeiro Candidato <input type="checkbox"/> Segundo Candidato <input type="checkbox"/> Terceiro Candidato Para PREFEITO <input type="checkbox"/> Primeiro Candidato <input type="checkbox"/> Segundo Candidato <input type="checkbox"/> Terceiro Candidato	Para GOVERNADOR <input type="checkbox"/> Candidato do Partido Para SENADOR <input type="checkbox"/> Primeiro Candidato <input type="checkbox"/> Segundo Candidato <input type="checkbox"/> Terceiro Candidato Para PREFEITO <input type="checkbox"/> Primeiro Candidato <input type="checkbox"/> Segundo Candidato <input type="checkbox"/> Terceiro Candidato	Para GOVERNADOR <input type="checkbox"/> Candidato do Partido Para SENADOR <input type="checkbox"/> Primeiro Candidato <input type="checkbox"/> Segundo Candidato <input type="checkbox"/> Terceiro Candidato Para PREFEITO <input type="checkbox"/> Primeiro Candidato <input type="checkbox"/> Segundo Candidato <input type="checkbox"/> Terceiro Candidato	Para GOVERNADOR <input type="checkbox"/> Candidato do Partido Para SENADOR <input type="checkbox"/> Primeiro Candidato <input type="checkbox"/> Segundo Candidato <input type="checkbox"/> Terceiro Candidato Para PREFEITO <input type="checkbox"/> Primeiro Candidato <input type="checkbox"/> Segundo Candidato <input type="checkbox"/> Terceiro Candidato
DEPUTADO FEDERAL Nr: NOME:		_____		
DEPUTADO ESTADUAL Nr: NOME:		_____		
VEREADOR Nr: NOME:		_____		

Cédula de votação eleitoral dividida por partidos
s.d.
Museu do Voto (TSE)



Guia em Braille para preenchimento de cédula eleitoral por deficiente visual.
1995
Museu do Voto (TSE)



JUSTIÇA ELEITORAL

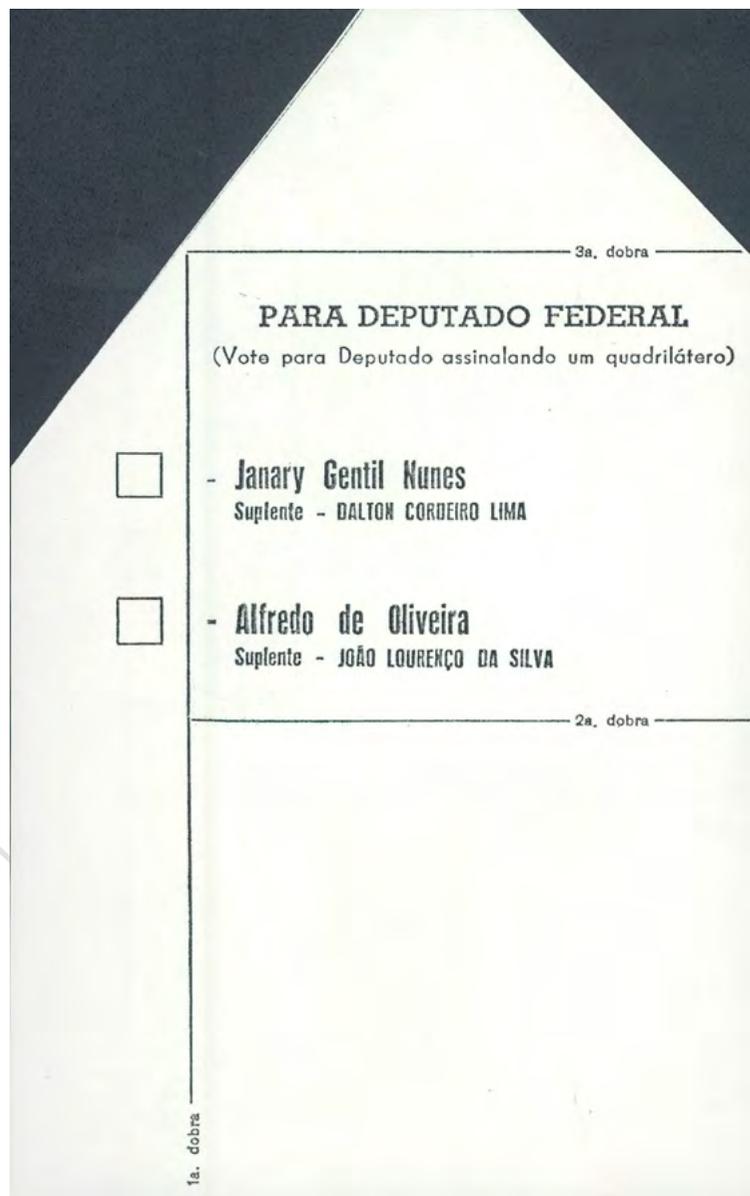
<p style="text-align: center;">PARA PRESIDENTE</p> <p><input type="checkbox"/> 23 CIRO PPS</p> <p><input type="checkbox"/> 29 RUI COSTA PIMENTA PCO</p> <p><input type="checkbox"/> 13 LULA PT</p> <p><input type="checkbox"/> 16 ZÉ MARIA PSTU</p> <p><input type="checkbox"/> 45 JOSÉ SERRA PSDB</p> <p><input type="checkbox"/> 40 GAROTINHO PSB</p> <p style="text-align: center;">PARA GOVERNADOR</p> <p><input type="checkbox"/> 16 ORLANDO CARIELLO PSTU</p> <p><input type="checkbox"/> 29 EXPEDITO MENDONÇA PCO</p> <p><input type="checkbox"/> 23 CARLOS ALBERTO TORRES PPS</p> <p><input type="checkbox"/> 40 RODRIGO ROLLEMBERG PSB</p> <p><input type="checkbox"/> 15 RORIZ PMDB</p> <p><input type="checkbox"/> 28 TROTTA PRTB</p> <p><input type="checkbox"/> 11 BENEDITO PPB</p> <p><input type="checkbox"/> 13 MAGELA PT</p>	<p style="text-align: center;">PARA SENADOR (ASSINALE DOIS NOMES)</p> <p><input type="checkbox"/> 161 RICARDO GUILLEN PSTU</p> <p><input type="checkbox"/> 701 CELSON BATISTA DE OLIVEIRA PT do B</p> <p><input type="checkbox"/> 255 PAULOCTÁVIO PFL</p> <p><input type="checkbox"/> 656 FREDO PC do B</p> <p><input type="checkbox"/> 290 GILSON DOBBIN PCO</p> <p><input type="checkbox"/> 151 CASIMIRO PMDB</p> <p><input type="checkbox"/> 565 CORONEL FEITOSA PRONA</p> <p><input type="checkbox"/> 123 LAURO CAMPOS PDT</p> <p><input type="checkbox"/> 133 CRISTOVAM PT</p> <p><input type="checkbox"/> 115 JOFRAN FREJAT PPB</p> <p><input type="checkbox"/> 281 CORONEL PAULO IZAIAS PRTB</p> <p><input type="checkbox"/> 433 JOÃO ARNOLFO PV</p> <p><input type="checkbox"/> 223 PASTOR GEDALIAS PL</p>
--	---

Cédula de votação para a eleição de 2002 do Distrito Federal
Museu do Voto (TSE)

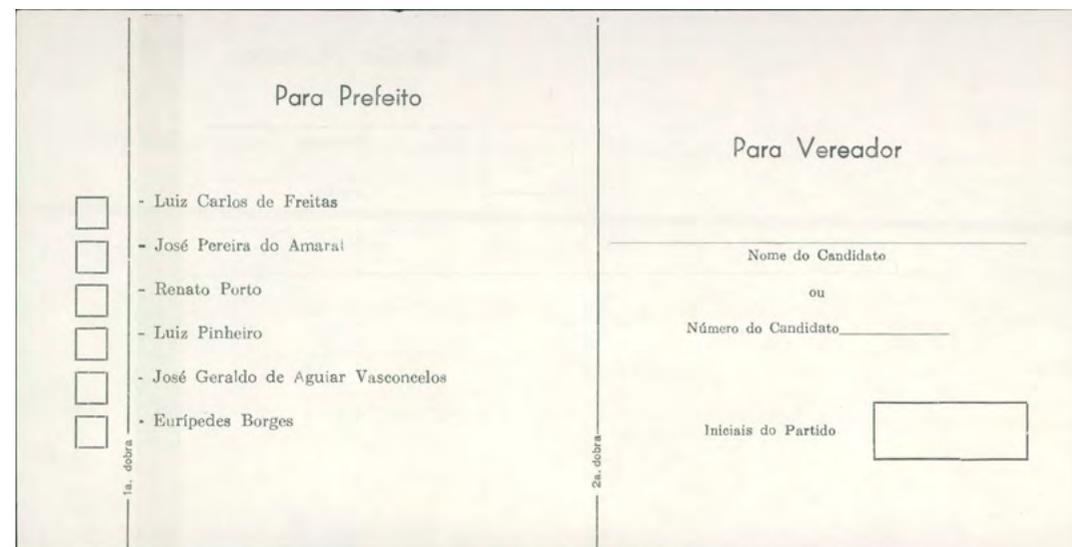
<p style="text-align: center;">Para GOVERNADOR</p> <p><input type="checkbox"/> - Luiz Carlos de Freitas</p> <p><input type="checkbox"/> - José Pereira do Amaral</p> <p><input type="checkbox"/> - Renato Porto</p> <p><input type="checkbox"/> - Luiz Pinheiro</p> <p style="text-align: center;">PARA SENADOR (Vote para dois Senadores assinalando dois quadriláteros)</p> <p><input type="checkbox"/> - Renato Porto</p> <p><input type="checkbox"/> - Luiz Pinheiro</p> <p><input type="checkbox"/> - José Geraldo de Aguiar Vasconcelos</p> <p><input type="checkbox"/> - Euripedes Borges</p>	<p style="text-align: center;">PARA DEPUTADO FEDERAL</p> <p style="text-align: center;">_____ NOME DO CANDIDATO OU NÚMERO DO CANDIDATO _____</p> <p style="text-align: center;">PARA DEPUTADO ESTADUAL</p> <p style="text-align: center;">_____ NOME DO CANDIDATO OU NÚMERO DO CANDIDATO _____</p>
---	---

Cédula de votação para eleições gerais
s.d.
Museu do Voto (TSE)



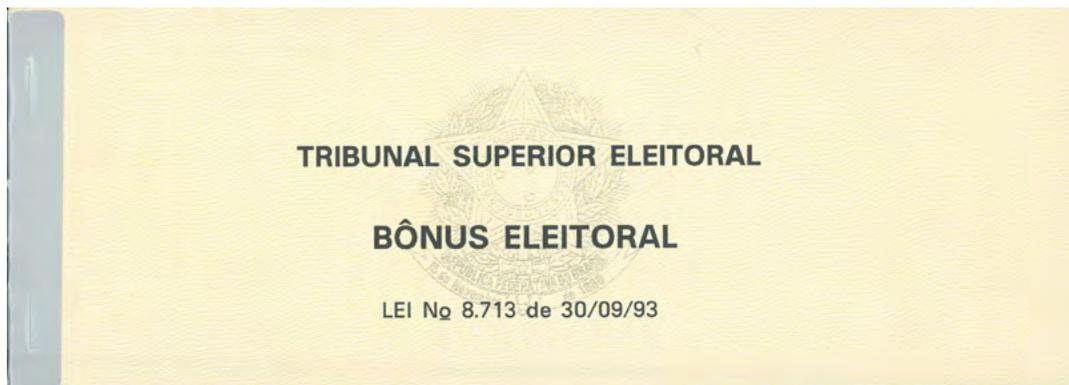


Cédula de votação para deputado federal
s.d.
Museu do Voto (TSE)



Cédula de votação para eleição municipal
s.d.
Museu do Voto (TSE)





Talão de bônus eleitoral

Instrumento legal representativo de doações e contribuições de pessoa física ou jurídica a candidatas, candidatos, partidos ou coligações.

1993

Museu do Voto (TSE)



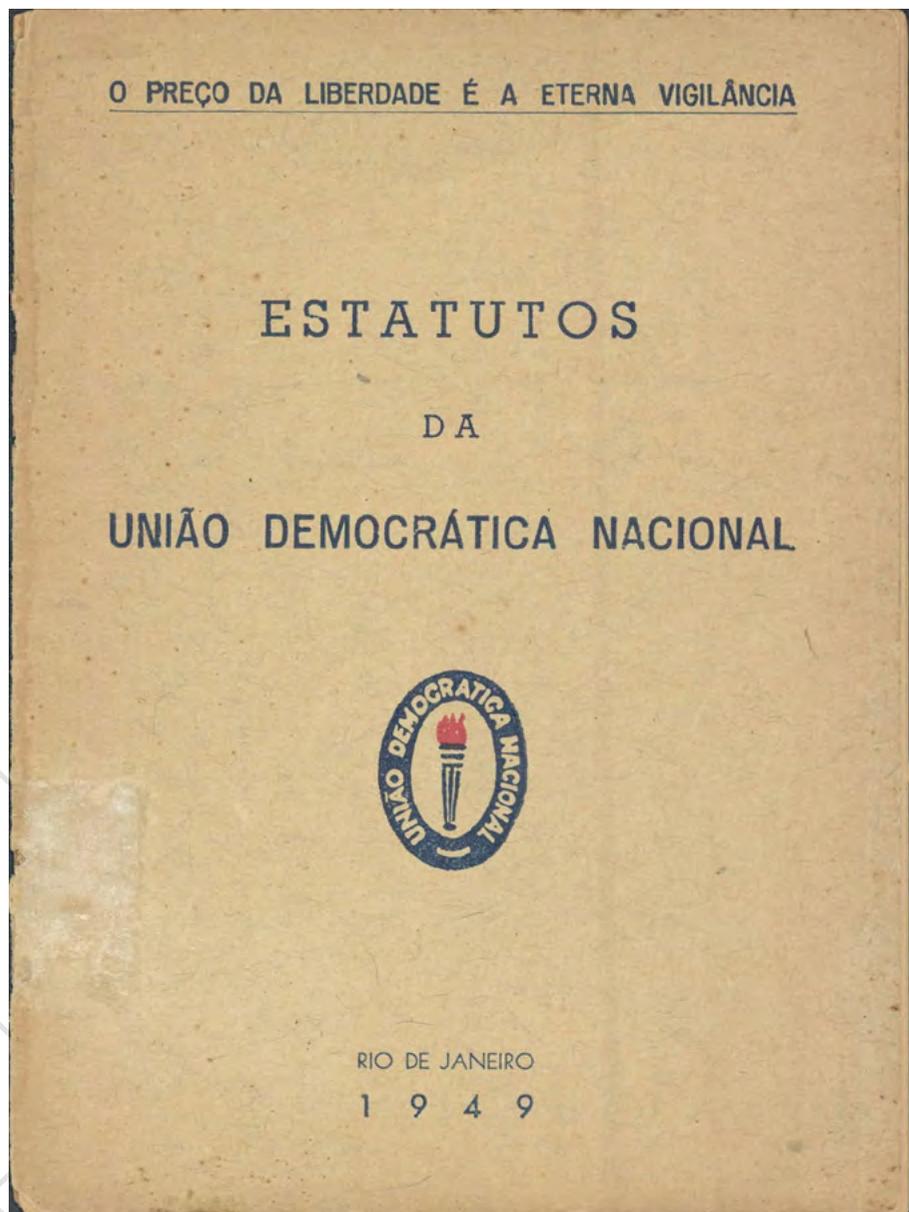
Cédula de contribuição partidária

Campanha do Partido Trabalhista Nacional (PTN).

1945

Museu do Voto (TSE)



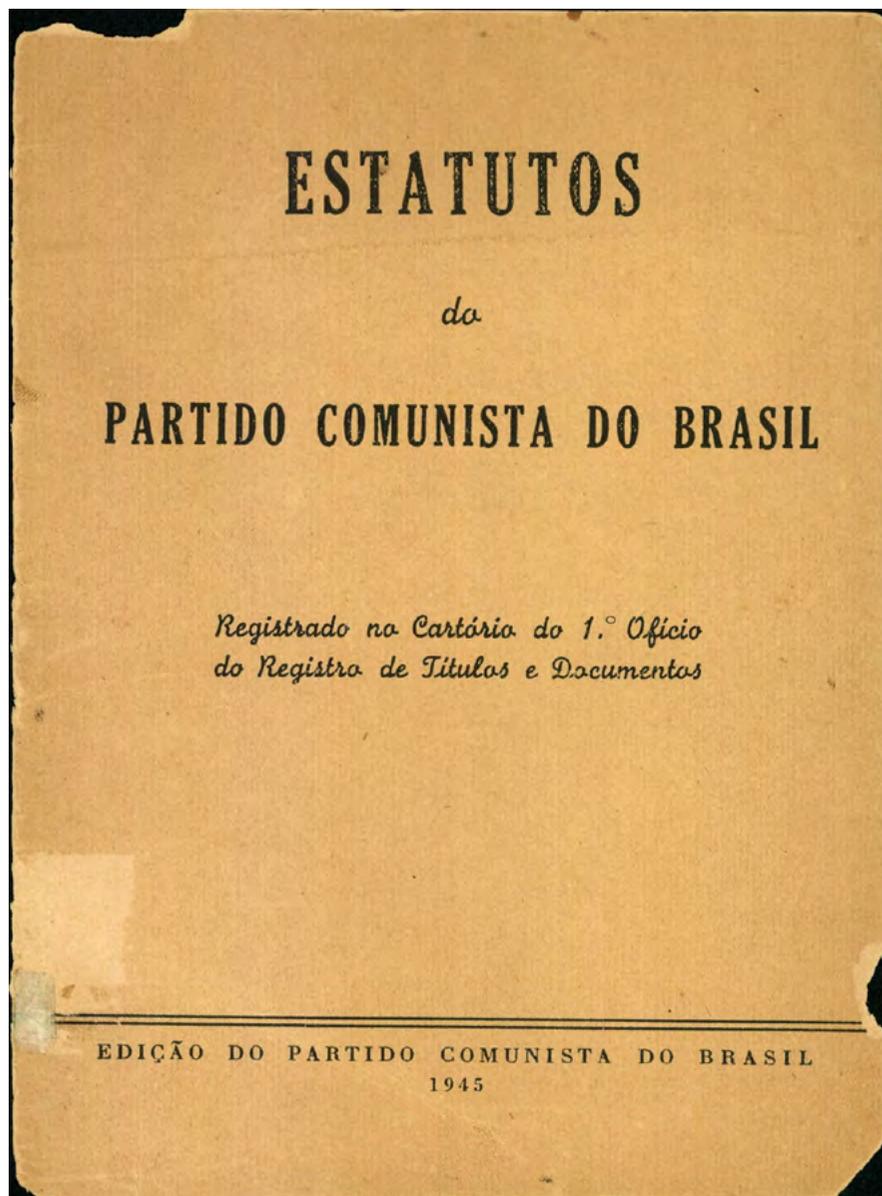


Estatuto da União Democrática Nacional (UDN)
1949
Museu do Voto (TSE)

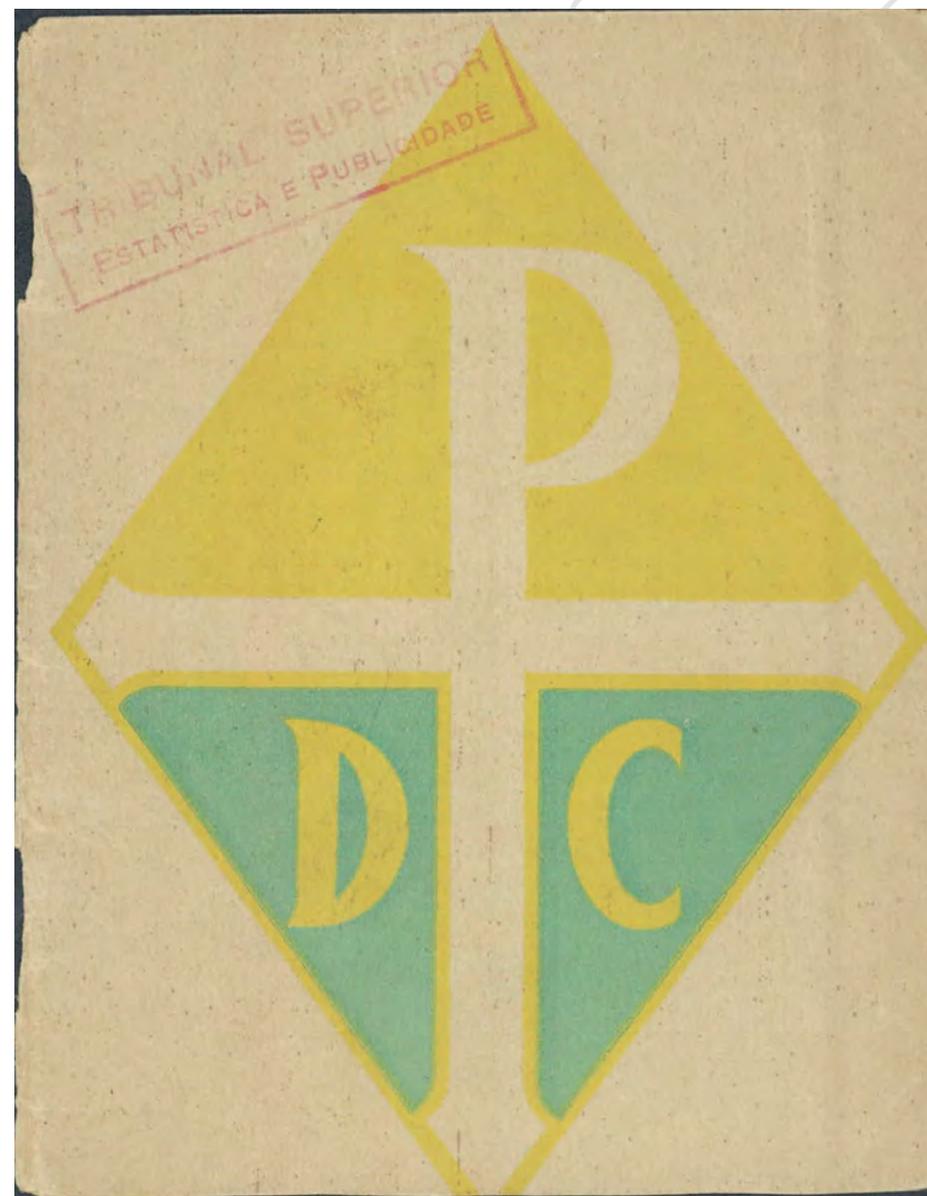


Estatuto do Partido Proletário do Brasil (PPB)
1946
Museu do Voto (TSE)



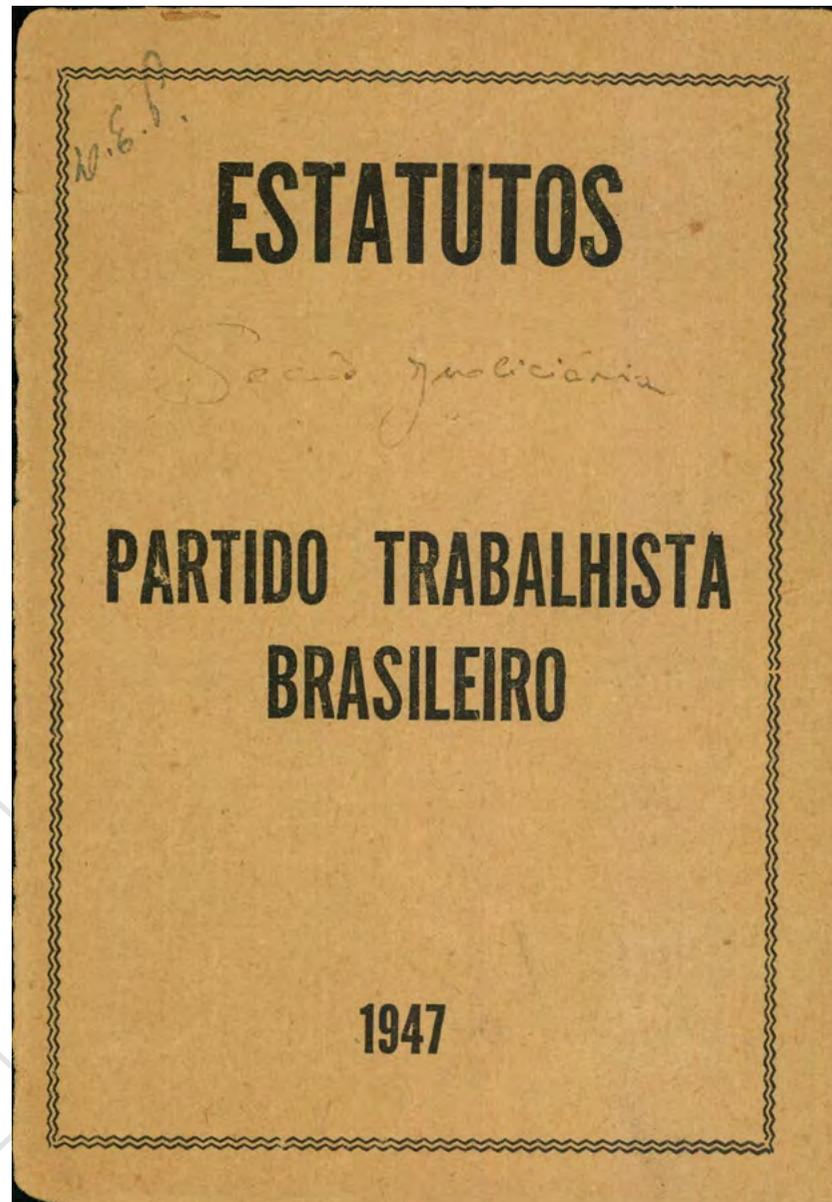


Estatuto do Partido Comunista do Brasil (PCB)
1945
Museu do Voto (TSE)



Livreto sobre as bases do Partido Democrata Cristão (PDC)
1945
Museu do Voto (TSE)





Estatuto do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
1947
Museu do Voto (TSE)

JUSTIÇA ELEITORAL *Cará* *Acará* **MAPA TOTALIZADOR DE LEGENDAS** MUNICÍPIO DE ACARÁ - ESTADO DO CEARÁ
ELEIÇÃO PROPORCIONAL PARA 1976

N.º	LEGENDAS	TRANSPORTE	SEÇÕES OU JUNTAS																				VOTOS EM BLENCO	VOTOS EM BRANCO	VOTOS NULOS	VOTOS	C.º	L.º	N.º							
			01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20														
1	União Renovadora Nacional e Trabalhista Brasileira	120	441	146	215	250	497	163	166	103	219	113	139	163	905	123	33	152	243	134	219	96	874	38	126	220	57	67	119	250	247	4	659	11	14	3
2		80	82	76	31	99	116	50	102	111	35	114	35	20	15	21	125	34	26	51	23	41	35	59	73	11	10	184	57	66	09	1	527	3	14	3
Somos das Legendas		190	324	222	283	299	209	220	269	214	230	223	116	183	300	156	204	166	329	185	170	127	247	97	199	228	167	219	226	246	5	6202	15			
Votos em branco		09	04	18	10	03	15	06	09	03	06	16	13	03	04	03	03	13	13	08	03	13	13	11	12	06	06	06	06	03	04					
Total de votos válidos		08	15	18	45	03	03	12	03	06	08	11	20	11	09	04	05	03	13	15	08	16	06	11	18	13	10	18	16	16	16	16	16	16	16	
Votos nulos		183	236	250	268	287	239	231	271	256	254	220	204	235	304	215	264	201	263	215	263	133	219	108	248	186	181	126	202	213	6	205				

Mapa totalizador de legendas elaborado pela junta apuradora do Município de Acará/CE para a eleição municipal de 1976
Arquivo (TSE)



DOCUMENTAÇÃO ELEITORAL

90 ANOS DE JUSTIÇA ELEITORAL
90 ANOS EM AÇÃO PELA DEMOCRACIA

O acervo aqui apresentado existe em decorrência direta da atuação da Justiça Eleitoral em suas competências exclusivas, bem como da preocupação sempre latente em preservar a memória institucional e a história das eleições no Brasil.

Depois do período do Estado Novo, a Justiça Eleitoral foi reinstalada definitivamente no Brasil em 1945. Na reinstalação, duas novidades foram introduzidas e permanecem até hoje: os partidos políticos devem ser nacionais; e as candidatas e os candidatos devem ser filiados a um deles. A partir desse período, os partidos passaram a divulgar seus programas, suas ideias sobre como construir uma nação. Temos aqui alguns exemplares históricos desses

documentos, que datam desde 1945. Para saber mais sobre esse contexto de meados dos anos 1940 no Brasil, acesse o catálogo da exposição *A Saga da Reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945: História e Cultura dos 70 Anos de Redemocratização no Brasil*.

Publicação *A Saga da Reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945: História e Cultura dos 70 Anos de Redemocratização no Brasil*





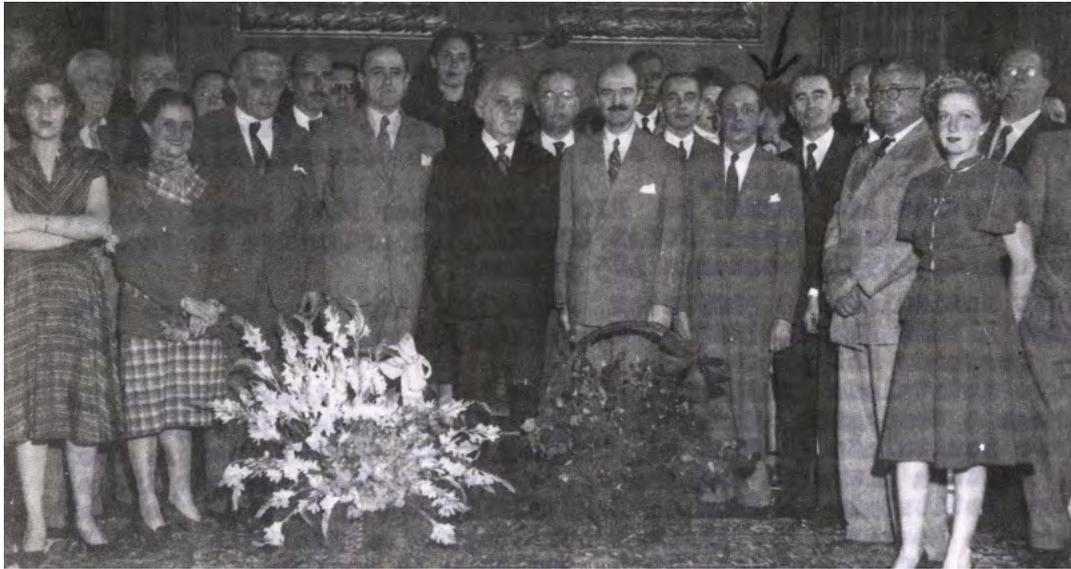
HISTÓRIA ORAL





A Justiça Eleitoral é feita de pessoas. As eleições no Brasil ocorrem de maneira organizada e transparente graças ao trabalho de magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras e colaboradores que dedicam décadas de suas vidas a esse nobre serviço público. Um trabalho contínuo, em que todo o planejamento é realizado nos anos não eleitorais para que os pleitos ocorram sem grandes problemas nos anos com eleições marcadas, somado às diferentes atribuições administrativas e jurisdicionais do Tribunal. Assim, nada mais oportuno que dar voz a essas pessoas como forma de homenageá-las. Assista ao vídeo com o resumo de depoimentos de servidoras e servidores da Justiça Eleitoral, a ser atualizado periodicamente. Aponte a câmera do celular para o QR code abaixo:

















MEMORABILIA TSE



Medalha de honra “Servidor do Tribunal Superior Eleitoral”
s.d.
Museu do Voto (TSE)



Troféu recebido pelo TSE pelo 1º lugar na categoria Memória Eleitoral e Institucional do I Prêmio de Inovação Eleitoral

O TSE recebeu ainda outros três troféus na primeira edição do prêmio (1º lugar na categoria Transparência e Fortalecimento da Imagem da JE, 3º lugar na categoria Gestão da Informação e Conhecimento e 3º lugar na categoria Valorização Profissional e Combate ao Assédio).

16/5/2024
Museu do Voto (TSE)





Medalha comemorativa do Poder Judiciário
s.d.
Museu do Voto (TSE)



Medalha de honra “60 Anos da Justiça Eleitoral”
1992
Museu do Voto (TSE)



Medalha comemorativa “20 Anos da Urna Eletrônica”
2016
Museu do Voto (TSE)





Medalha do mérito “Mauro Hashioka”
Pesquisador responsável pelo desenvolvimento do *hardware*
da urna eletrônica.
2014
Museu do Voto (TSE)



**Broches comemorativos “Vota Brasil”,
“Eleições 2008”, “60 Anos da Justiça Eleitoral”**
Museu do Voto (TSE)



Xícara com pires do TSE – objeto funcional
s.d.
Museu do Voto (TSE)





Medalha comemorativa “90 Anos da Justiça Eleitoral”
2022
Museu do Voto (TSE)



Selo comemorativo “90 Anos da Justiça Eleitoral”
2022
Museu do Voto (TSE)



HISTÓRIA ORAL



A Justiça Eleitoral é feita de pessoas. Ao longo de sua história, milhares de pessoas organizadas e comprometidas com o Brasil, com o trabalho de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, colaboradores e colaboradoras que dedicam parte de suas vidas a esse nobre serviço público. Um trabalho complexo, em que todo o planejamento é realizado com antecedência para que os pleitos ocorram sem grandes problemas, mas, assim como qualquer trabalho, também há desafios administrativos e jurídicos. Assim, nada mais oportuno que dar voz a essas pessoas como forma de homenagem. Aqui você encontra um vídeo que reúne depoimentos de servidores e servidoras da Justiça Eleitoral, a quem será dedicado de tempo em tempo. Quer saber mais sobre o nosso trabalho? Acesse ao vídeo.

A Primeira Mulher...
O voto eletrônico...
O voto presencial...



JULGADOS



O Tribunal Superior Eleitoral tem atuado, nos últimos 90 anos, em prol da democracia brasileira – de acordo com a legislação disponível em cada período. Desde 1937, o Brasil passou por momentos democráticos com regimes de exceção, e a atuação da Corte foi mais livre ou mais restrita conforme o momento histórico. Não obstante, o TSE, por meio de suas composições de ministros e ministros, tomou decisões de grande destaque em diversos momentos, com desdobramentos e consequências para a história do país.

Quer saber mais sobre o Portal do TSE na internet?
Em uma página especial dedicada ao assunto.



JULGADOS HISTÓRICOS





O Tribunal Superior Eleitoral tem atuado, nos últimos 90 anos, em prol da democracia brasileira – de acordo com a legislação disponível em cada período. Desde 1932, o Brasil alternou épocas democráticas com regimes de exceção, e a atuação da Corte foi mais livre ou mais restrita conforme o momento histórico. Não obstante, o TSE, por meio de suas composições de ministras e ministros, tomou decisões de grande destaque em diversos momentos, com desdobramentos e consequências para a história do país.

Acesse a página de julgados históricos disponível no Portal do TSE.





Fundadores do PCB
Domínio Público



Assembleia Constituinte de 1946
Museu do Voto (TSE)



1841

686

Sessão de 7.5.47

Processo n. 411/412 - Distrito Federal.
Cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil.

1º Requerente: Honorato Himalaya Vergolino
2º Requerente: Edmundo Barreto Pinto

Relator o Sr. Professor Sá Filho.

JULGAMENTO

Cancelaram o registro do Partido Comunista do Brasil contra os votos do Relator e do Ministro Ribeiro de Costa. Designado relator para lavrar a Resolução, o Sr. Desembargador J.A. Nogueira. Votaram pelo cancelamento os Desembargadores J.A. Nogueira, Rocha Lagôa e Cândido Lobo. Não tomou parte no julgamento o Professor Machado Guimarães, por não ter assistido o relatório. O julgamento foi presidido pelo Ministro Lafayette de Andrada, sem voto.

Ulisses Guimarães
Tancredo Neves
José Sarney

Fac-símile da primeira página da resolução do TSE
que cancelou o registro do Partido Comunista do Brasil
7/5/1947
Museu do Voto (TSE)



Eleição de 1985: fidelidade partidária no Colégio Eleitoral
Entrevista coletiva à imprensa do candidato eleito à Presidência da República, em 17/1/1985. Da esquerda para a direita: Ulisses Guimarães, Tancredo Neves e José Sarney.
Arquivo fotográfico/Jornal do Senado



JULGADOS HISTÓRICOS



1932



1932

O Tribunal Superior Eleitoral tem atuado, nos últimos 90 anos, em prol da democracia brasileira – de acordo com a legislação disponível em cada período. Desde 1932, o Brasil alternou momentos democráticos com regimes de exceção, e a atuação da Corte foi mais livre ou mais restrita conforme o momento histórico. Não obstante, o TSE, por meio de suas composições de ministras e ministros, tomou decisões de grande destaque em diversos momentos, com desdobramentos e consequências para a história do país.

Quer mais detalhes? O Portal do TSE na internet tem uma página especial dedicada ao assunto.



1841



1841



MINISTRAS E MINISTROS DO TSE



Conforme dita a Constituição Federal de 1988 em seu art. 119, o Tribunal Superior Eleitoral hoje é formado por 7 membros: 3 provenientes do Supremo Tribunal Federal, 2 do Superior Tribunal de Justiça e 2 da carreira advocatícia. A composição da Corte, porém, passou por diversas configurações ao longo desses 90 anos de história. Para saber mais, acesse a página que mostra tanto essas mudanças como as magistradas e os magistrados que já fizeram parte do TSE.



Para saber mais sobre as composições do Tribunal ao longo de sua história, acesse a publicação *As formas de composição do TSE: de 1932 aos dias atuais*.



Para saber mais sobre a exposição virtual *Eleição de 1933: o Limiar da Justiça Eleitoral*



Mais informações sobre a linha sucessória podem ser encontradas aqui.



A Justiça Eleitoral foi criada pelo Código Eleitoral de 1932 e extinta pela Constituição de 1937.

1ª FASE (1932-1937)



A Justiça Eleitoral foi restabelecida pelo Decreto-Lei nº 7.566/1945.

2ª FASE (1945 até os dias atuais)



Os dados da Constituição de 1937, Código Eleitoral de 1932 e Lei nº 1.024/1937 foram utilizados para a elaboração deste material. A lista de ministros e ministros efetivos do STF, STJ e TST, bem como a lista de ministros e ministros efetivos do CUP, foram extraídas do Diário Oficial da União, de 1932 a 1937, e do Diário da Justiça, de 1945 a 2023. A lista de ministros e ministros efetivos do TSE, STJ e TST, bem como a lista de ministros e ministros efetivos do CUP, foram extraídas do Diário Oficial da União, de 1945 a 2023.

Linha sucessória de ministras e ministros efetivos

Última atualização realizada em 5/12/2023.



ROS DO TSE

90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL
E A PARTIR DE AGORA PARA A DEMOCRACIA

MINISTRAS E MINISTROS DO TSE

Linha sucessória de ministras e ministros efetivos



Conforme dita a Constituição Federal de 1988 em seu art. 119, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) hoje é formado por 7 membros: 4 provenientes do Supremo Tribunal Federal, 2 do Superior Tribunal de Justiça e 2 da carreira advocatícia. A composição da Corte, porém, passou por diversas configurações ao longo desses 90 anos de história. O quadro exposto na parede ao lado mostra tanto essas mudanças como os magistrados e os magistradas que já fizeram parte do TSE.



SEÇÃO INTERATIVA



Você aprendeu bastante sobre a história da Justiça Eleitoral. Que tal conhecer o Edifício-Sede do TSE de uma maneira diferente? Acesse o *Tour Virtual* do TSE e navegue por vários espaços do Tribunal: sala da Presidência, Arquivo Central, Biblioteca Professor Alysso Darowish Mitraud, além de vistas aéreas e visitas a exposições antigas. Confira também a urna eletrônica em 360 graus e lembre-se de testar seus conhecimentos sobre ela em nosso *quiz* Fato ou Boato.



SEÇÃO INTERATIVA

90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL
90 ANOS EM AÇÃO PELA DEMOCRACIA

Você aprendeu bastante sobre a história da Justiça Eleitoral nesta visita. Que tal conhecer este edifício de uma maneira diferente? Escolha um tablet e navegue por vários espaços do TSE: sala da Presidência, Arquivo Central, Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud, além de vistas aéreas e visitas a exposições antigas. Confira também a uma eletrônica em 360 graus e lembre-se de testar seus conhecimentos sobre ela em nosso quiz Fato ou Boato.

Faça o tour virtual com seu próprio dispositivo.



90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL
90 ANOS EM AÇÃO PELA DEMOCRACIA

90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL
90 ANOS EM AÇÃO PELA DEMOCRACIA



90 ANOS DO VOTO FEMININO NO BRASIL



As discussões sobre o papel da mulher na vida pública intensificaram-se no Brasil a partir do final do século XIX. O individualismo político e filosófico contribuiu para que o cidadão se tornasse a unidade básica de atuação social. Nesse contexto, como conceber que metade da população estivesse excluída do processo eleitoral?

A primeira Constituição Republicana do Brasil, de 1891, foi omissa quanto aos direitos políticos da mulher, possibilitando que os estados regulamentassem a matéria. Assim, em 1927, houve o alistamento eleitoral de um grupo de mulheres no Rio Grande do Norte. No entanto, seus votos não foram considerados apuráveis pela Comissão de Verificação de Poderes do Senado Federal. Apenas a partir de 1932, com a publicação do primeiro Código Eleitoral e a criação da Justiça Eleitoral, as mulheres conquistaram o direito de votar e de serem votadas em todo o território nacional.

Apesar de, no início, o voto ser facultativo para aquelas que não exerciam função remunerada, e de haver restrições de alguma natureza até 1965, o Brasil foi um dos primeiros países a consagrar o voto da mulher. Hoje, comemoramos os 90 anos dessa conquista, com a clareza de que há sub-representação de mulheres na política – assim como em tantas outras áreas – e de que, por isso, o Tribunal Superior Eleitoral atua com altivez para garantir que nenhum direito seja sonogado.

Neste espaço, você encontra um compilado de nosso acervo sobre mulheres importantes para a consolidação do direito de votar e de serem votadas. A produção desta Corte, no entanto, é vasta sobre o assunto, e mais informações podem ser encontradas acessando os QR codes disponíveis.



Exposição 85 Anos do Voto Feminino no Brasil



Portfólio A Construção da Voz Feminina na Cidadania



SEMANA ILLUSTRADA

:- : Federação Brasileira pelo Progresso Feminino :- :

As mulheres possuem direitos eleitoraes em toda a Europa

com excepção apenas de Portugal, Suissa e Paizes Balkanicos

Por que não ha de exercel-os tambem no Brasil?

O voto feminino

"Associação das Eleitoras Mineiras"

A leader do movimento feminino em Minas, a poetisa, escriptora e advogada dra. Miêta Santiago—nossa collaboradora—cujo retrato estampamos quando requereu seu alistamento eleitoral—é a Presidente da "Associação das Eleitoras Mineiras".—A primeira eleitora e leader em entrevista ao "Diario" expoz os planos e programma da Associação—que são verdadeiramente criteriosos e nobres. A Associação vae agir como um instituto juridico, politico-social, de prevenção, consulta e assistencia ás eleitoras mineiras. Garantia e scismografo das garantias dos direitos femininos de voto. Alistae-vos mineiras! Cumpri vosso dever civicol! Tudo por Minas!

Andrade
ALFAIATE

R. BAHIA, 992 — B. HORIZONTE

Dr. Ary de Almeida Brum, bello espirito de moço, intelligente e esforçado, que acaba de concluir com brilhantismo o curso de Odontologia na primeira turma de cirurgiões-dentistas diplomados pela nossa Uuiversidade

Os novos planos da MINEIRA são o que ha de melhor no genero

TÍTULO ELEITORAL

072553

INSCRIÇÃO

DISTRITO FEDERAL (CIRCUNSCRIÇÃO) No. 072553

BRASILIA = D. F. MUNICIPIO OU DISTRITO ZONA

NOME NEUZA AMARO DE OLIVEIRA

23/4/1940 DATA DO NASCIMENTO RJA DE JANEIRO=GB NATURALIDADE CASADA ESTADO CIVIL

APRIGIO AMARO / EFIGENIA AMARO FILIAÇÃO

DOMÉSTICA SO.411/12, Bl.17, APTº 202 DF RESIDÊNCIA

VOTA NA 10/6ª SETOR DEZ / SEXTA) SECÇÃO

Neuza Amaro de Oliveira ASSINATURA DO ELEITOR

21 JUL 1966 EM T. S. E. - TÍTULO MOD. 4 JUIZ ELEITORAL

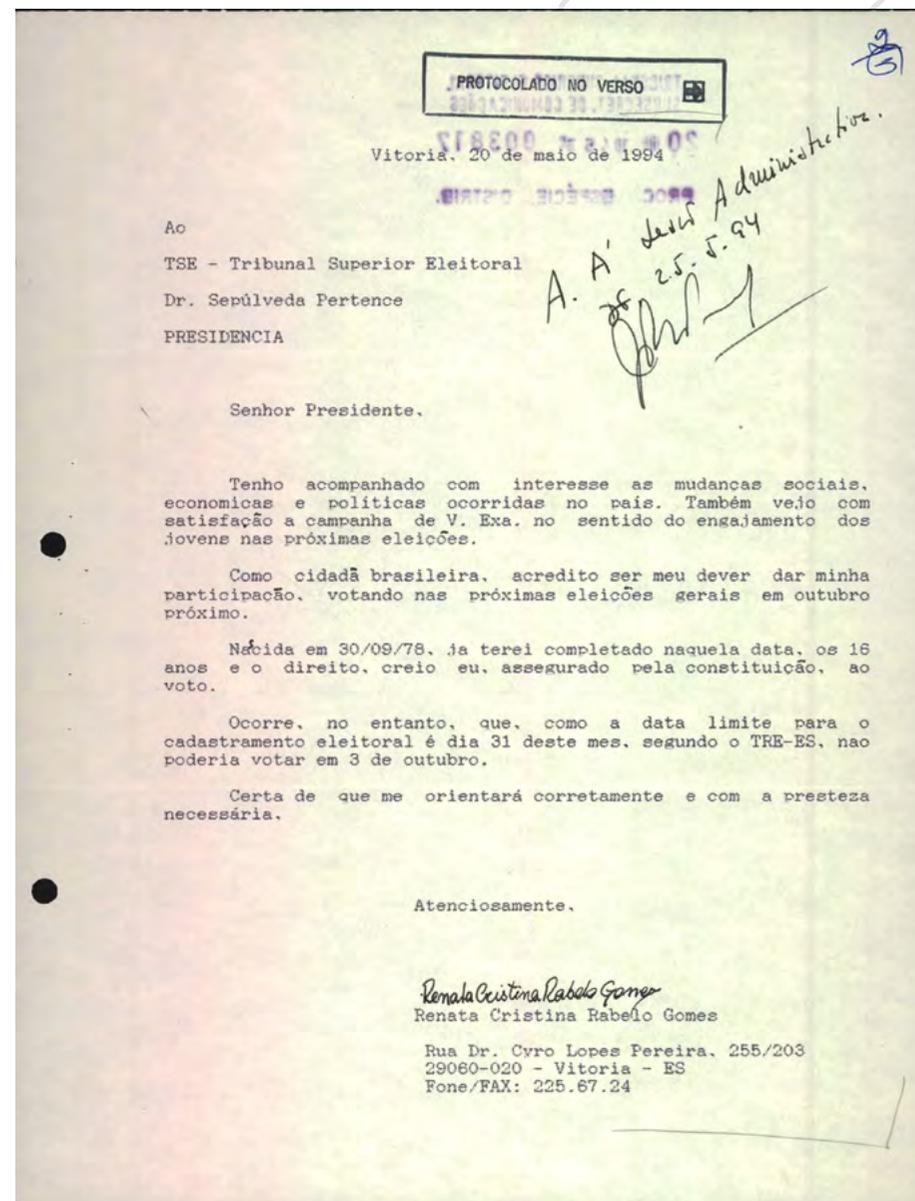
Título eleitoral de Neuza Amaro de Oliveira
21/7/1966
Museu do Voto (TSE)

Reportagem sobre o voto feminino
Museu do Voto (TSE)



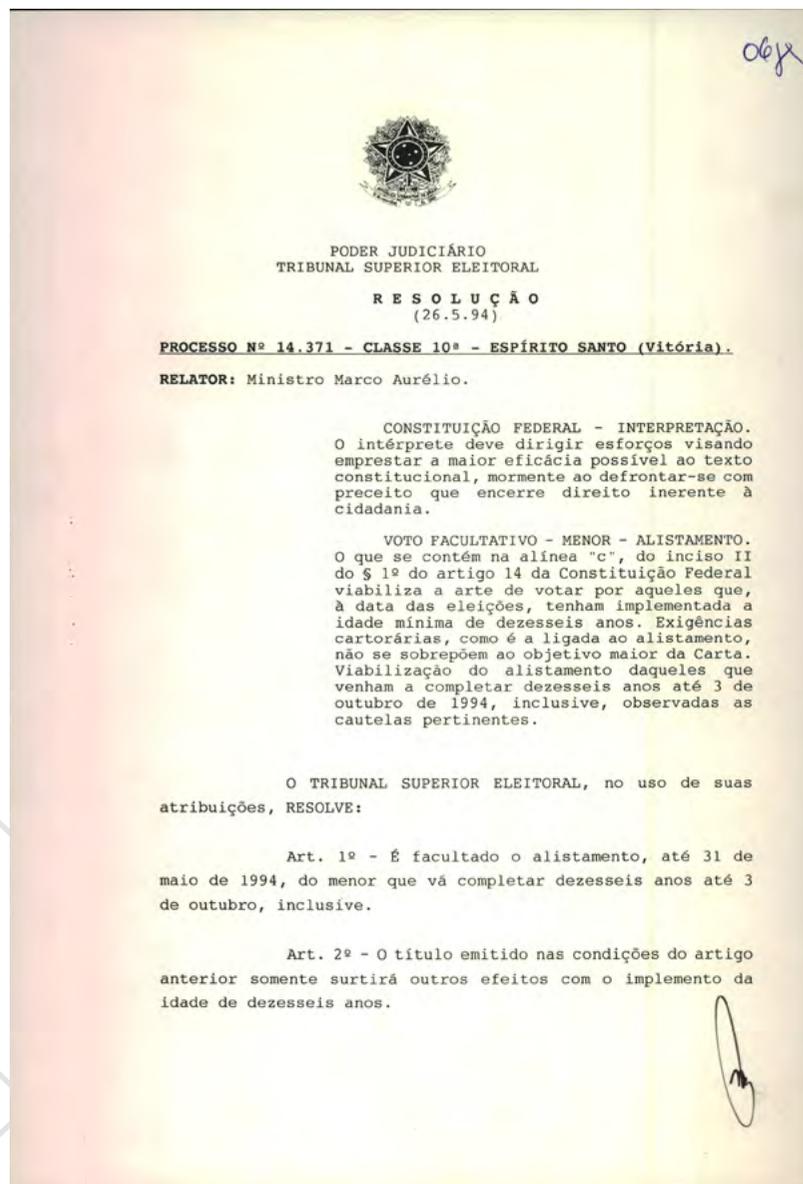


Selo comemorativo “Cinquentenário da Emancipação Política da Mulher Brasileira”
1983
Museu do Voto (TSE)



Carta de Renata Cristina Rabelo pedindo direito de voto para menores com 16 anos completos no dia da eleição
20/5/1994
Arquivo (TSE)





Primeiras eleitoras do Brasil na cidade de Natal/RN
1928
Arquivo Nacional

Resolução do Processo n. 14.371 – Classe 10ª – Espírito Santo (Vitória)
Resolução, com relatoria do Ministro Marco Aurélio, que viabilizou o alistamento, até 31 de maio de 1994, do menor que completasse 16 anos até 3 de outubro daquele ano, inclusive, observadas as cautelas pertinentes.

26/5/1994
Arquivo (TSE)





Posse de Alzira Soriano como prefeita de Lajes/RN
1928
Arquivo Nacional

20. NOV. COB. A327. 34. P. 1

Ex. Presidente Senado

Meus senhores

com a qual a presença de litorã brasileira em
jô direito vem confundi me em resgata-
nessa noite concessão nota benevoluta
presidente jô direito graças simplices pa-
trísticos alta cultura civica senador
J. Lamartini, permita respitavel
nessa Anata federal peça nome
mulher brasileira seja aprovado
projeto institua voto feminino
amparando em direitos politicos
membros Constituição Federal.
Saudação - Celina Viana, primeira
eleitora Nacional

Em carta ao Senado Federal, Celina Guimarães Viana, primeira
eleitora do Brasil, pede a aprovação do projeto que institui
o voto feminino
1927
Arquivo Nacional





Membros da Comissão elaboradora do anteprojeto da Constituição de 1934

Na foto, figuram Natércia da Silveira e Bertha Lutz.

9/11/1932

Arquivo Nacional



Deputadas constituintes em frente ao Congresso Nacional

s.d.

Câmara dos Deputados





Carlota Pereira de Queiroz assina a Constituição de 1934
16/7/1934
Arquivo Nacional



Eleitora deposita seu voto na urna
3/10/1954
Arquivo Nacional





Renata Cristina Rabelo Gomes votando nas eleições gerais de 1994
3/10/1994
Museu do Voto (TSE)





90 ANOS DO VOTO FEMININO NO BRASIL

90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL
70 ANOS EM AÇÃO PELA DEMOCRACIA

As discussões sobre o papel da mulher na vida pública intensificaram-se no Brasil a partir do final do século XIX. O individualismo político e filosófico contribuiu para que a cidadã se tornasse a unidade básica da atuação social. Nesse contexto, como conceber que metade da população estivesse excluída do processo eleitoral?

A primeira Constituição Republicana do Brasil, de 1891, foi omissa quanto aos direitos políticos da mulher, possibilitando que os estados regulamentassem a matéria. Assim, em 1927, houve o alistamento eleitoral de um grupo de mulheres no Rio Grande do Norte. No entanto, seus votos não foram considerados apuráveis pela Comissão de Verificação de Poderes do Senado Federal. Apenas a partir de 1932, com a publicação do primeiro Código Eleitoral e a criação da Justiça Eleitoral, as mulheres conquistaram o direito de votar e de serem votadas em todo o território nacional.

Apesar de, no início, o voto ser facultativo para aquelas que não exercessem função remunerada, e de haver restrição de alguma natureza em 1935, o Brasil foi um dos primeiros países a consagrar o voto da mulher. Nos comícios de 90 anos dessa conquista, com o desejo de que há sub-representação de mulheres na política – assim como em tantas outras áreas – e de que, por isso, o Tribunal Superior Eleitoral atue com alvedo para garantir que nenhum direito seja esquecido.

Neste espaço, você encontra um compêndio de textos acerca sobre mulheres importantes para a consolidação do direito de votar e de serem votadas. A produção inclui cartas, no entanto, é vasta sobre o assunto, e mais informações podem ser encontradas acessando o CPE Data Aberta.



90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL



90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL



DIPLOMAÇÃO



A diplomação das candidatas e dos candidatos eleitos constitui uma fase do processo eleitoral e, hoje, é realizada em cerimônia que representa etapa indispensável para que possam tomar posse nos cargos a que concorreram nas urnas. A solenidade confirma que a pessoa escolhida pelo povo cumpriu, até aquele momento, todas as formalidades previstas na legislação eleitoral e está apta para exercer o mandato.

Nas eleições presidenciais, quem tem competência para realizar a diplomação é o Tribunal Superior Eleitoral, em cerimônia que acontece no Plenário da Corte, e o diploma é assinado pelo presidente do Tribunal.

Em razão da curta duração da Primeira Fase, nenhum presidente foi diplomado pela Corte Superior entre 1932 e 1937 (pois Getúlio Vargas fora eleito indiretamente e empossado pelo Congresso nesse período). Durante o regime militar, o TSE também não diplomava os presidentes – eleitos indiretamente entre 1964 e 1985.

Nos períodos democráticos da história brasileira, no entanto, o Tribunal atuou em cerimônias de diplomação que ocorreram entre 1945 e 1960, bem como de 1989 até hoje. Aqui, você pode conhecer o acervo referente a essa importante cerimônia de legitimação das eleições no país, como diplomas e fotografias. Você pode também acessar os resultados de todas as eleições presidenciais diretas ocorridas desde a criação da Justiça Eleitoral.



Estatísticas eleitorais





Presidente eleito Eurico Gaspar Dutra durante cerimônia de posse no Palácio Tiradentes (Rio de Janeiro/RJ)

31/1/1946

Arquivo Nacional



Café Filho, ao lado de Getúlio Vargas, discursa durante a cerimônia de diplomação (eleição de 1950)

27/1/1951

Arquivo Nacional





Cerimônia de diplomação, no Plenário do TSE, dos candidatos eleitos em 1955 – Juscelino Kubitschek e João Goulart – para os cargos de presidente e vice-presidente da República, respectivamente
27/1/1956
Arquivo Nacional



Diplomação dos candidatos eleitos em 1960 – Jânio Quadros e João Goulart – para os cargos de presidente e vice-presidente da República, respectivamente
Ao centro, o Ministro Ary Franco, Presidente do TSE.
31/1/1961
Arquivo Nacional



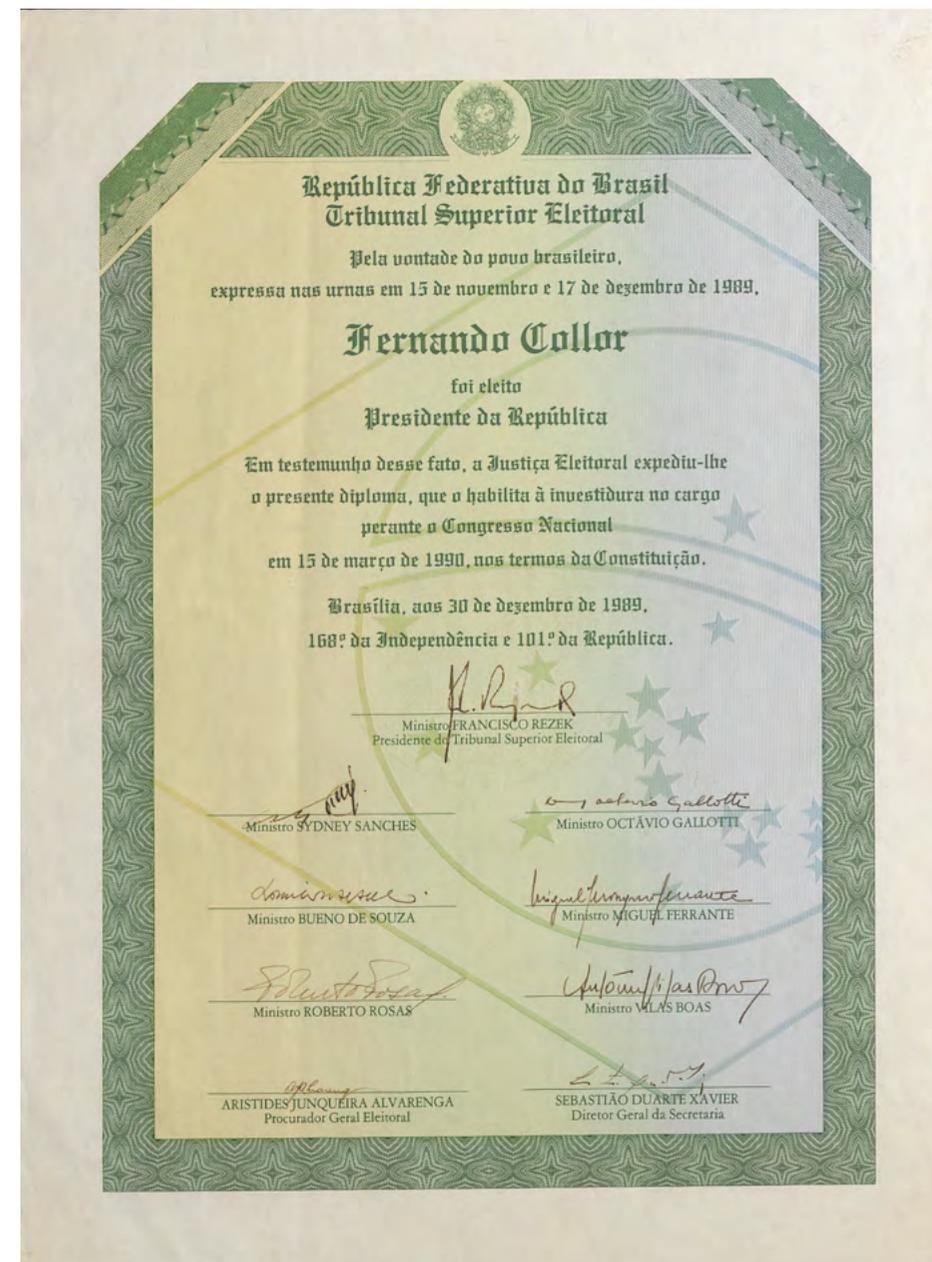


Diplomação dos eleitos para os cargos de presidente e vice-presidente da República na eleição de 1989

Da esquerda para a direita: Aristides Junqueira Alvarenga, Procurador-Geral Eleitoral; Ministro Neri da Silveira, Presidente do STF; Fernando Collor; Ministro Francisco Rezek, Presidente do TSE; Itamar Franco; e Sebastião Duarte Xavier, Diretor-Geral do TSE.

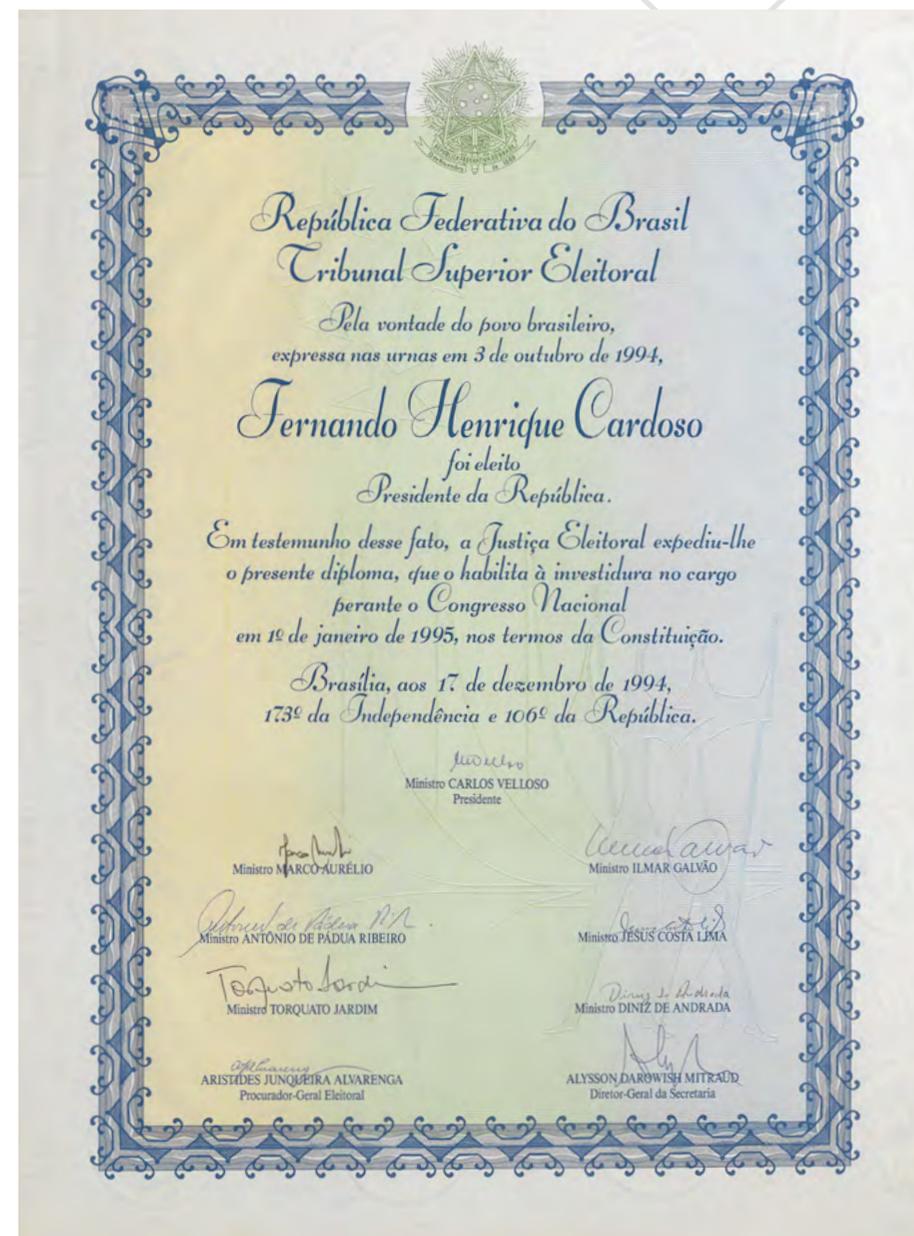
30/12/1989

Museu do Voto (TSE)





Diplomação dos eleitos para os cargos de presidente e vice-presidente da República na eleição de 1994
17/12/1994
Museu do Voto (TSE)





Fernando Henrique Cardoso, candidato reeleito, discursa durante a cerimônia de diplomação da eleição presidencial de 1998

Da esquerda para a direita: Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral Eleitoral; Fernando Henrique Cardoso; Ministro Ilmar Galvão, Presidente do TSE; Marco Maciel e Ministro Eduardo Ribeiro.

12/12/1998

Foto: Cláudio Alves
Museu do Voto (TSE)





Diplomação dos eleitos para os cargos de presidente e vice-presidente da República na eleição de 2002

Da esquerda para a direita: Luiz Inácio Lula da Silva e Ministro Nelson Jobim, Presidente do TSE.

14/12/2002

Museu do Voto (TSE)





Luiz Inácio Lula da Silva, candidato reeleito ao cargo de presidente da República, discursa durante a cerimônia de diplomação da eleição de 2006

Da esquerda para a direita: Antônio Fernando de Souza, Procurador-Geral Eleitoral; José Alencar; Luiz Inácio Lula da Silva; Ministro Marco Aurélio, Presidente do TSE; e Ministra Ellen Gracie, Presidente do STF.

14/12/2006

Foto: Ubirajara Dettmar
Museu do Voto (TSE)





Diplomação dos eleitos para os cargos de presidente e vice-presidente da República na eleição de 2010

Da esquerda para a direita: Michel Temer; Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do TSE; e Dilma Vana Rousseff.

17/12/2010

Foto: Nelson Junior
Museu do Voto (TSE)





Dilma Rousseff, candidata reeleita em 2014 ao cargo de presidente da República, recebe o diploma das mãos do Ministro Dias Toffoli, Presidente do TSE

18/12/2014

Foto: Roberto Jayme
Museu do Voto (TSE)





Diplomação dos eleitos para os cargos de presidente e vice-presidente da República na eleição de 2018

Da esquerda para a direita: Procuradora-Geral Eleitoral, Raquel Dodge; General Hamilton Mourão; Jair Messias Bolsonaro; e Ministra Rosa Weber, Presidente do TSE.

10/12/2018

Foto: Roberto Jayme
Museu do Voto (TSE)





Luiz Inácio Lula da Silva, candidato eleito ao cargo de presidente da República na eleição de 2022, recebe o diploma eleitoral das mãos do Ministro Alexandre de Moraes, Presidente do TSE
12/12/2022
Museu do Voto (TSE)





DIPLOMAS ELEITORAIS

90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL
90 ANOS EM AÇÃO PELA DEMOCRACIA



A diplomação das candidatas e dos candidatos eleitos constitui uma fase do processo eleitoral e, hoje, é realizada em caráter obrigatório para quem concorrerá nas eleições municipais, estaduais e federais. Na prática, a diplomação é realizada em cerimônias públicas, em que o diploma é entregue ao candidato eleito pelo TSE ou pelo TSE em conjunto com o TSE de cada estado. Durante o regime militar, a diplomação dos presidentes eleitos era feita pelo Congresso nesse período). Durante o regime democrático, a diplomação dos presidentes eleitos é feita pelo TSE em conjunto com o TSE de cada estado. Na prática, a diplomação é realizada em cerimônias públicas, em que o diploma é entregue ao candidato eleito pelo TSE ou pelo TSE em conjunto com o TSE de cada estado.

empessoado pelo Congresso nesse período). Durante o regime democrático, a diplomação dos presidentes eleitos é feita pelo TSE em conjunto com o TSE de cada estado. Na prática, a diplomação é realizada em cerimônias públicas, em que o diploma é entregue ao candidato eleito pelo TSE ou pelo TSE em conjunto com o TSE de cada estado.



SUSTENTABILIDADE



Sustentabilidade socioambiental é um conceito relacionado a um novo paradigma, o do desenvolvimento sustentável, com base na ética e na proteção do bem público, amplamente difundidas no TSE. A responsabilidade social e a sustentabilidade, juntas, representam nova forma de gerenciar políticas e atividades inerentes à Justiça Eleitoral e desenvolvidas pelo Tribunal. No decorrer dos últimos anos:

1. Em 2016, o TSE deu um passo importante na gestão socioambiental da Justiça Eleitoral com a criação das unidades socioambientais e a aprovação do Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (Resolução-TSE n. 23.474/2016) e do Plano de Logística Sustentável do TSE (Resolução-TSE n. 23.505/2016). Nesse mesmo ano, o TSE aderiu à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente.
2. Em 2017, a Casa inaugurou a usina fotovoltaica, com foco na preservação do meio ambiente e na redução de custos, para produzir parte da energia que é consumida nas suas instalações.

Além disso, o TSE possui gerenciamento de resíduos sólidos com coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos

sólidos produzidos, incluindo os resíduos de natureza hospitalar. Realiza, ainda, a Coleta Seletiva Solidária, destinando resíduos recicláveis às cooperativas, o que gera economia de recursos, uma vez que a separação dos resíduos recicláveis na fonte evita que eles sejam descartados com rejeitos e materiais orgânicos não perigosos, cujo gerenciamento é oneroso e realizado por intermédio de empresa contratada.

O Tribunal também aplica os princípios de desenvolvimento sustentável por meio da inclusão de critérios de sustentabilidade em suas contratações. Em 2021, ao menos 72 processos licitatórios contaram com a sugestão de 473 critérios de sustentabilidade, dos quais 220 foram sociais, 193 ambientais e 60 de acessibilidade.



**Plano de Logística Sustentável do
Tribunal Superior Eleitoral**





Galpão de reciclagem de urnas eletrônicas
Museu do Voto (TSE)



Usina Fotovoltaica do TSE – Brasília/DF

5/9/2017

Foto: Roberto Jayme
Museu do Voto (TSE)





Matéria-prima para reciclagem obtida de urna eletrônica
Museu do Voto (TSE)



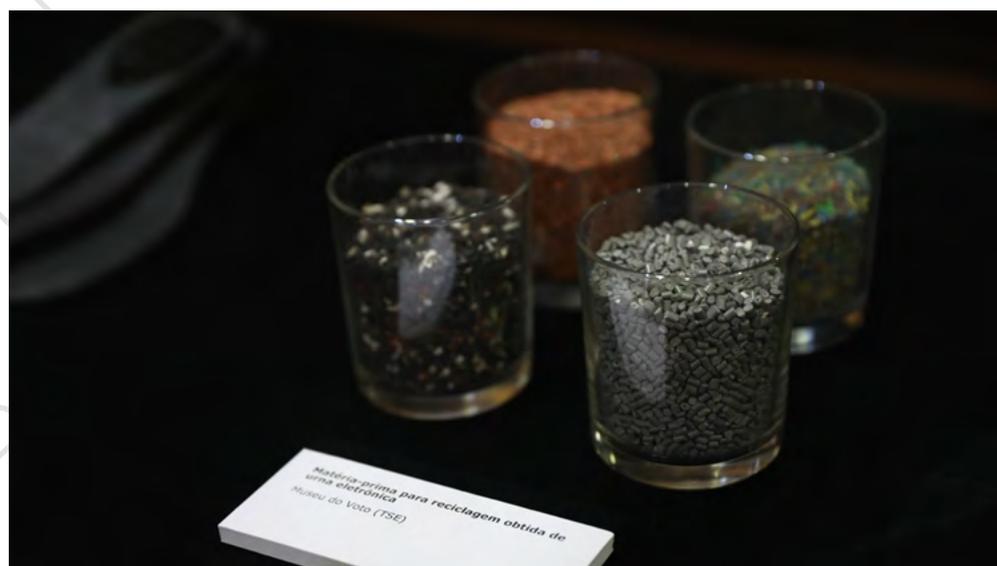
Carenagem de moto feita a partir da reciclagem de urna eletrônica
Museu do Voto (TSE)





Solado de sapato feito a partir da reciclagem de urna eletrônica
Museu do Voto (TSE)

Aproximadamente a cada dez anos de uso, as urnas eletrônicas se tornam obsoletas e precisam ser descartadas. Todo o processo de reciclagem e descarte é conduzido com muito cuidado pela Justiça Eleitoral. Os materiais que não podem ser reaproveitados – apenas cerca de 1% dos componentes da urna – são descartados em aterros sanitários credenciados. Os demais são reciclados por empresa que o TSE contrata por licitação para esse fim. O processo do descarte é iniciado nos galpões de reciclagem. Primeiramente, são separados os componentes: metal, plástico, placas leves, placas pesadas e borracha. Em seguida, eles são moídos ou quebrados em partes bem pequenas. Depois, ganham formas de pufes, solas de sandálias, carenagens de motos e até mesmo novas urnas eletrônicas. Isso demonstra que, mesmo depois de mediar a relação entre o eleitor e a democracia, a urna ainda permanece a serviço da sociedade brasileira.



Matéria-prima para reciclagem obtida de urna eletrônica
Museu do Voto (TSE)



SUSTENTABILIDADE

90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL
70 ANOS EM AÇÃO PELA DEMOCRACIA

Sustentabilidade socioambiental é um conceito relacionado a um novo paradigma, o do desenvolvimento sustentável, com base na ética e na proteção do bem público, amplamente difundidas no TSE. A responsabilidade social e a sustentabilidade, juntas, representam nova forma de gerenciar políticas e atividades inerentes à Justiça Eleitoral e desenvolvidas pelo Tribunal. No decorrer dos últimos anos:

- Em 2016, o TSE deu um passo importante na gestão socioambiental da Justiça Eleitoral com a criação das unidades socioambientais e a aprovação do Plano de Logística Socioambiental da Justiça Eleitoral (Resolução-TSE nº 23.474/2016) e do Plano de Logística Sustentável do TSE (Resolução-TSE

90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL
70 ANOS EM AÇÃO PELA DEMOCRACIA

nº 23.505/2016). Nesse mesmo ano, o TSE aderiu à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente.

- Em 2017, a Casa inaugurou a usina fotovoltaica, com foco na preservação do meio ambiente e na redução de custos, para produzir parte da energia que é consumida nas suas instalações.

Além disso, o TSE possui gerenciamento de resíduos sólidos com coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos produzidos, incluindo os resíduos de natureza hospitalar. Realiza, ainda, a Coleta Seletiva Solidária, destinando resíduos recicláveis às cooperativas, o que gera economia de recursos, uma vez que a separação dos

resíduos recicláveis na fonte evita que eles sejam descartados com rejeitos e materiais orgânicos não perigosos, cujo gerenciamento é oneroso e realizado por intermédio de empresa contratada.

O Tribunal também aplica os princípios de desenvolvimento sustentável por meio da inclusão de critérios de sustentabilidade em suas contratações. Em 2021, ao menos 72 processos licitatórios contaram com a sugestão de 473 critérios de sustentabilidade, dos quais 220 foram sociais, 193 ambientais e 60 de acessibilidade.

Neste espaço, você pode conferir o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Superior Eleitoral:



Plano de Logística Sustentável



90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL
70 ANOS EM AÇÃO PELA DEMOCRACIA





INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE



Na acessibilidade, o TSE tem avançado nas publicações com audiodescrição e tem incluído, em seus eventos, a tradução na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a legendagem nos vídeos.

O portal do TSE na internet conta com importantes recursos de acessibilidade, com páginas codificadas em conformidade com as recomendações do órgão que estabelece as diretrizes internacionais para a acessibilidade na *web*, descrição de imagens utilizadas e conteúdos de formulário, bem como teclas de atalho e salto de conteúdo. Além disso, a pessoa que possui dificuldade para acessar os conteúdos do *site* pode utilizar a funcionalidade Rybená. Trata-se de tecnologia assistiva que narra os textos em voz e os traduz do português para Libras, o que permite o entendimento dos conteúdos na *web* a pessoas surdas, idosas, disléxicas, deficientes visuais ou intelectuais e outras que porventura tenham dificuldade de leitura ou de compreensão de textos.

Em 2018, o Tribunal implementou o Programa de Educação Solidária 2018, que oferece ações educacionais ministradas por servidoras e servidores voluntários(as) a fim de melhorar a qualificação profissional e auxiliar o desenvolvimento de colaboradoras, colaboradores, estagiárias, estagiários, menores aprendizes, reeducandas e reeducandos do sistema prisional alocados(as) no TSE.

Nas eleições de 2020, pela primeira vez a eleitora ou o eleitor com deficiência que utiliza o sistema de áudio da urna para exercer o seu direito ao voto teve a oportunidade de ouvir o nome da candidata ou do candidato. Anteriormente, a urna eletrônica retornava em áudio apenas os cargos e os números, além de instruções e eco (repetição em áudio) das teclas pressionadas. Isso significa que esse eleitorado especial obteve mais um expediente para conferir se a sua escolha na urna está de acordo com a sua vontade, sem precisar do auxílio de pessoa de confiança.

A última novidade é a inclusão de vídeo com a tradução em Libras em todas as urnas preparadas para o pleito de 2022. Além disso, houve o aprimoramento do sintetizador de voz. Tudo para que o eleitorado possa votar com liberdade e independência.

Para mais informações sobre a Gestão da Acessibilidade e Inclusão do TSE, acesse os QR codes disponíveis.

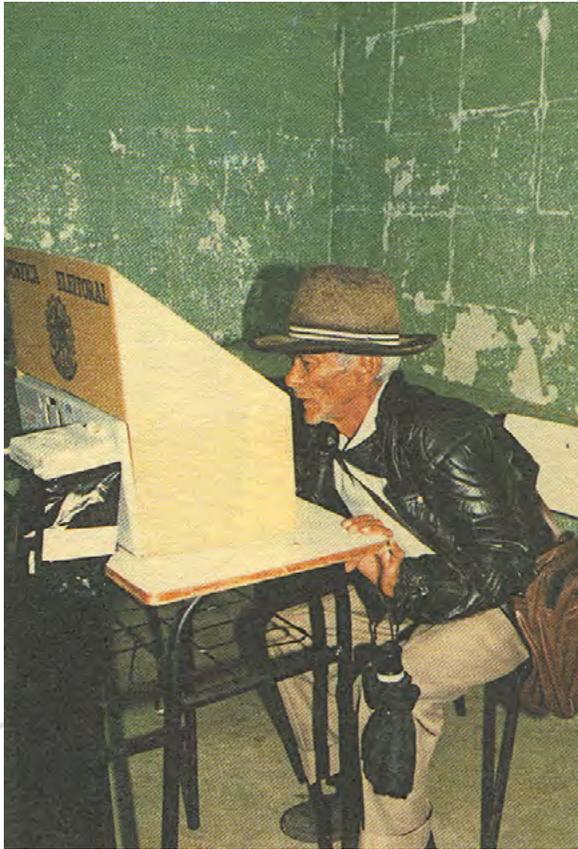


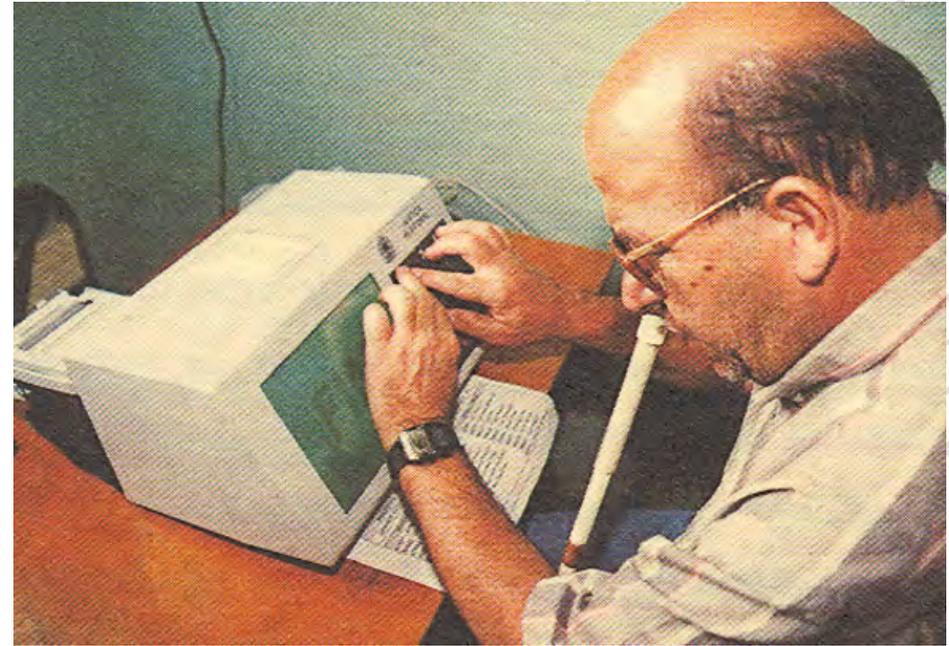
Gestão da acessibilidade e inclusão



Portal do TSE







INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL
70 ANOS EM AÇÃO PELA DEMOCRACIA

Na acessibilidade, o TSE tem avançado nas publicações com audiodescrição e tem incluído, em seus eventos, a tradução na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a legendagem nos vídeos.

O portal do TSE na internet conta com importantes recursos de acessibilidade, com páginas codificadas em conformidade com as recomendações do órgão que estabelece as diretrizes internacionais para a acessibilidade na web, descrição de imagens utilizadas e conteúdos de formulário, bem como teclas de atalho e salto de conteúdo. Além disso, a pessoa que possui dificuldade para acessar os conteúdos do site pode utilizar a funcionalidade Rybená. Trata-se de tecnologia assistiva que narra os textos em voz e os traduz do português para Libras, o que permite o entendimento dos conteúdos na web a pessoas surdas, idosas, disléxicas, deficientes visuais ou intelectuais e outras que porventura tenham dificuldade de leitura ou de compreensão de textos.

Em 2018, o Tribunal implementou o Programa de Educação Solidária 2018, que oferece ações educacionais ministradas por servidoras e servidores voluntários(as) a fim de melhorar a qualificação profissional e auxiliar o desenvolvimento de colaboradoras, colaboradores, estagiárias, estagiários, menores aprendizes, reeducandas e reeducandos do sistema prisional alocados(as) no TSE.

Nas eleições de 2020, pela primeira vez a eleitora ou o eleitor com deficiência que utiliza o sistema de áudio da urna para exercer o seu direito ao voto teve a oportunidade de ouvir o nome da candidata ou do candidato. Anteriormente, a urna eletrônica retornava em áudio apenas os cargos e os números, além de instruções e eco (repetição em áudio) das teclas pressionadas. Isso significa que esse eleitorado especial obteve mais um expediente para conferir se a sua escolha na urna está de acordo com a sua vontade, sem precisar do auxílio de pessoa de confiança.

A última novidade é a inclusão de vídeo com a tradução em Libras em todas as urnas preparadas para o pleito de 2022. Além disso, houve o aprimoramento do sintetizador de voz. Tudo para que o eleitorado possa votar com liberdade e independência.

Para mais informações sobre a Gestão da Acessibilidade e Inclusão do TSE, acesse:

Gestão da Acessibilidade e Inclusão



Portal do TSE
(www.tse.jus.br)





CRÉDITOS



Presidente

Ministro Luiz Edson Fachin

Vice-Presidente

Ministro Alexandre de Moraes

Ministros

Ministro Enrique Ricardo Lewandowski

Ministro Mauro Luiz Campbell Marques

Ministro Benedito Gonçalves

Ministro Sérgio Silveira Banhos

Ministro Carlos Bastide Horbach

Procurador-Geral Eleitoral

Antônio Augusto Brandão de Aras

Secretária-Geral da Presidência

Christine Oliveira Peter da Silva

Diretor-Geral

Rui Moreira de Oliveira



REALIZAÇÃO E CURADORIA

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento
Cleber Schumann

PESQUISA DE ACERVO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Coordenadoria de Biblioteca e Museu
Eveline Mesquita Lucas

Seção de Museu
Admilson Siqueira e Silva Junior
Heraldo José Evangelista Botelho
Diego Dias Alves
Safira Alvarenga de Andrade

REVISÃO DE TEXTOS, EDITORAÇÃO E PROGRAMAÇÃO VISUAL

Coordenadoria de Editoração e Publicações
Washington Luiz de Oliveira

Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos
Tatiana Viana Fraga
Patrícia Maria Jacob Pereira
Paula Diniz Lins
Harrison da Rocha

Seção de Editoração e Programação Visual
Paulo Renato Thummerer Nicolini
Rauf Batista Soares
Bruna Saraiva Pagy

EXECUÇÃO

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento
Cleber Schumann

Secretaria de Administração
Adaíres Aguiar Lima

PROJETO ARQUITETÔNICO

Coordenadoria de Serviços, Engenharia e Arquitetura
Ivaldo Pinto de Oliveira Júnior

Seção de Engenharia, Arquitetura e Projetos
Ana Lúcia Lopes Zeredo
Sofia Paiva de Araújo
Deanne Cristina Carvalho Honorato

EXECUÇÃO CENOGRÁFICA

Coordenadoria de Editoração e Publicações
Washington Luiz de Oliveira

Seção de Serviços Gráficos
Camila Melo Oliveira
Arivaldo Araujo França
Bruno de Sales Soares
Gilmar Artur de Almeida
Irismar Ribeiro de Melo
Raimundo das Chagas Borges
Wellington Sampaio dos Santos
Camila Ribeiro de Abreu
Sergio Luis Dias Maximo



Coordenadoria de Serviços, Engenharia e Arquitetura

Ivaldo Pinto de Oliveira Júnior

Seção de Engenharia, Arquitetura e Projetos

Marco Antonio Ferreira de Sousa

APOIO

Grupo de Trabalho 90 Anos da Justiça Eleitoral (Portaria n. 521/2021)

Secretaria de Comunicação e Multimídia

Secretaria de Tecnologia da Informação

AGRADECIMENTOS

Arquivo Nacional

Câmara dos Deputados

Fundação Joaquim Nabuco

Imprensa Nacional

Senado Federal

Supremo Tribunal Federal

Tribunais Regionais Eleitorais (CE/DF/MG/TO)





Esta obra foi composta na fonte Swis721 Cn BT, corpo 12,
entrelinhas de 14,4 pontos.

Exposição



Há 90 anos, no dia 24 de fevereiro de 1932, era promulgado o Decreto n. 21.076 – norma que criou a Justiça Eleitoral no Brasil. Esse ramo especializado do Poder Judiciário recebeu as funções de cuidar de todas as fases do processo eleitoral – cadastramento de eleitores e candidatos, realização dos pleitos, apuração dos votos, divulgação dos resultados e diplomação dos eleitos.

